MINISTÉRIO DA SAÚDE

Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde

2ª edição
4ª reimpressão

Brasília - DF
2015

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Departamento de Ciência e Tecnologia

Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde

2ª edição
4ª reimpressão

Brasília – DF
2015

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
VENDA PROIBIDA

2005 Ministério da Saúde.

Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: <www.saude.gov.br/bvs>.

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do termo de cooperação nº 47 entre o Departamento de Ciência e Tecnologia e a Organização Panamericana da Saúde

Tiragem: 2ª edição – 4ª reimpressão – 2015 – 500 exemplares

Elaboração, distribuição e informações:
MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Departamento Ciência e Tecnologia
Coordenação-Geral de Fomento à Pesquisa
SCN Quadra 2 Projeção C, térreo sala 01
CEP: 70712-902 – Brasília/DF
Tel: (61) 3315-9227
Site: www.saude.gov.br
E-mail: decit@saude.gov.br

O texto da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde foi parcialmente aprovado na 2.ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e posteriormente referendado pela 151.ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, em 17 de fevereiro de 2005.

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Equipe editorial:
Normalização: Gabriela Leitão
Revisão: Lilian Assunção e Mara Pamplona
Projeto gráfico: Lelio Ricardo

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia.
Agenda nacional de prioridades de pesquisa em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – 2. ed., 4. reimpr. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2015.
68 p.

ISBN 978-85-334-1249-1

1. Política de saúde. 2. Saúde pública. 3. Pesquisa. I. Título.

CDU 614

Catalogação na fonte – Coordenação-Geral de Documentação e Informação – Editora MS – OS 2015/0228

Títulos para indexação:
Em inglês: National Agenda of Priorities in Health Research
Em espanhol: Agenda Nacional de Prioridades de Investigación en Salud

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 5
SUBAGENDAS DE PESQUISA EM SAÚDE 9
1 SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS 9
2 SAÚDE MENTAL 11
3 VIOLÊNCIA, ACIDENTES E TRAUMA 12
4 SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA 15
5 DOENÇAS NÃO-TRANSMISSÍVEIS 16
6 SAÚDE DO IDOSO 19
7 SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 20
8 SAÚDE DA MULHER 23
9 SAÚDE DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS 27
10 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO 28
11 BIOÉTICA E ÉTICA NA PESQUISA 30
12 PESQUISA CLÍNICA 31
13 COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE 32
14 AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIAS E ECONOMIA DA SAÚDE 34
15 EPIDEMIOLOGIA 38
16 DEMOGRAFIA E SAÚDE 40
17 SAÚDE BUCAL 41
18 PROMOÇÃO DA SAÚDE 42
19 DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS 43
20 COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO EM SAÚDE 52
21 GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE 54
22 SISTEMAS E POLÍTICAS DE SAÚDE 57
23 SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO E BIOSSEGURANÇA 59
24 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 62
EQUIPE TÉCNICA 64

INTRODUÇÃO

A construção e implementação da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde é um processo político que busca, em todas as suas etapas, a ampla participação de atores com experiências e linguagens distintas tanto da pesquisa como da saúde. A articulação em torno da Agenda é a ação mais importante na legitimação deste instrumento na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde no País, e permitirá que prioridades de pesquisa em saúde estejam em consonância com os princípios do SUS.

A Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde tem como pressuposto respeitar as necessidades nacionais e regionais de saúde e aumentar a indução seletiva para a produção de conhecimentos e bens materiais e processuais nas áreas prioritárias para o desenvolvimento das políticas sociais.

A Agenda foi construída por um processo composto de cinco etapas sucessivas e que antecederam sua aprovação na 2.ª CNCTIS, conforme descrito a seguir:

1 Situação de Saúde e Condições de Vida

O primeiro passo para a construção da Agenda foi encomendar a especialistas textos com o objetivo de apresentar aspectos relevantes da situação de saúde e das políticas de saúde, com base no conhecimento disponível, oferecendo informação atualizada para a tomada de decisão. A avaliação da situação de saúde é um processo de análise e síntese para caracterizar, medir e explicar os perfis de necessidades e problemas de saúde-doença da população e conhecer as respostas sociais organizadas frente aos mesmos (CASTELLANOS, 1997[1]). Esses processos permitem: a) identificar necessidades, prioridades e políticas em saúde, bem como avaliar o impacto das intervenções; b) formular estratégias de promoção, prevenção e controle de danos à saúde e avaliação da implementação; c) construir cenários prospectivos de saúde (OPS, 1999[2]).

Este conteúdo foi sistematizado na publicação *Saúde no Brasil: contribuições para a Agenda de Prioridades de Pesquisa*, lançado na etapa nacional da Conferência.

2 Definição de Subagendas em Pesquisa

Nessa fase, as subagendas passam a definir amplas áreas de pesquisa, envolvendo vários campos disciplinares que conformam os diversos temas prioritários de pesquisa.

[1] Castellanos, P.L. 1997. Epidemiologia, Saúde Pública, Situação de Saúde e Condições de Vida: Considerações conceituais. In: Barata, R. (org.). Condições de vida e situação de saúde. RJ.

[2] OPS. Boletim epidemiológico. Vol. 20. No.3. 1999.

Para assessorar todas as etapas de construção da agenda foi criado um Comitê Técnico Assessor (CTA), composto por especialistas e gestores reconhecidos.

A partir da metodologia utilizada em experiências nacionais e internacionais, foi ordenado um conjunto de 20 subagendas de pesquisa e referendado pelo Comitê Técnico Assessor (CTA).

3 Definição de Temas de Pesquisa

Os temas de pesquisa compreendem tópicos mais específicos e agregados em cada subagenda. Esses podem contemplar qualquer etapa da cadeia do conhecimento, da pesquisa básica até a operacional, sem restrições quanto às áreas do conhecimento envolvidas. Em muitos casos, os temas prioritários estão associados a prioridades de saúde. Porém, vale ressaltar que a resolução dos problemas de saúde nem sempre é uma variável dependente da pesquisa em saúde e nem sempre há, no campo do saber e das práticas científicas e tecnológicas, conceitos, metodologia ou ferramentas adequadas para a produção de soluções por meio da pesquisa.

A definição de temas de pesquisa ocorreu no Seminário para Construção da Agenda, realizado em 6 e 7 de novembro de 2003, em Brasília. Com base em diversas experiências internacionais, foram adotados os seguintes critérios para a definição de prioridades de pesquisa:

a) carga de doença, medida por DALY *(Disability Adjusted Life Years* – Anos de Vida Perdidos Ajustados por Incapacidade) ou outros indicadores;

b) análise dos determinantes da carga de doenças segundo os diferentes níveis de intervenção: individual, familiar, comunitário; ministério, sistema e serviços de saúde; instituições de pesquisa; políticas governamentais e outros setores com impacto na saúde;

c) estado da arte do conhecimento científico e tecnológico disponível;

d) custo-efetividade das possíveis intervenções e a possibilidade de sucesso;

e) efeito na eqüidade e justiça social;

f) aceitabilidade ética, política, social e cultural;

g) possibilidade de encontrar soluções;

h) qualidade científica das pesquisas propostas;

i) factibilidade de recursos humanos e financeiros.

A metodologia utilizada no Seminário envolveu a realização de apresentações orais, trabalhos de grupo e plenárias para debate. Foram constituídos grupos de trabalho para discussão de cada subagenda, compostos por pesquisadores vinculados a instituições de ensino e pesquisa e gestores das três esferas político-administrativas do SUS. O produto do Seminário culminou com a aprovação de uma

Agenda composta por 20 subagendas prioritárias para pesquisa em saúde.

4 Consulta Pública

Almejando conhecer a perspectiva dos usuários dos serviços e dos trabalhadores do setor Saúde e ampliar o debate sobre a definição de prioridades de pesquisa, foi realizada consulta pública da ANPPS definida no seminário.

A Agenda foi submetida à consulta pública no período de 23 de março a 8 de maio de 2004, sendo totalizados 2.500 acessos. Foram enviadas 600 contribuições para o elenco de subagendas, sistematizadas e integradas ao texto da Agenda apresentado na 2.ª CNCTIS.

5 2.ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

Para subsidiar a discussão das etapas municipal, regional e estadual da 2.ª CNCTIS, foi elaborado um documento-base contendo a PNCTIS e a última versão da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde.

Esse documento recebeu contribuições no processo de discussão das etapas municipais, regionais e estaduais que foram consolidadas e discutidas para deliberação na 2.ª CNCTIS.

Na Conferência Nacional, foram definidos dois eixos temáticos para as discussões em plenária: o primeiro sobre a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e o segundo sobre a Agenda. O resultado das discussões de cada eixo foi submetido à Plenária final, que votou e aprovou integralmente o texto da PNCTIS e, parcialmente, o relatório da ANPPS.

O consolidado da ANPPS foi submetido aos delegados da etapa nacional durante a Plenária final da 2.ª CNCTIS. Entretanto, não houve tempo hábil para que fossem apreciadas todas as 24 subagendas: as subagendas de número 1 a 14 e a de número 24 foram integralmente apreciadas, enquanto as subagendas de número 15 a 23 não foram votadas. Por deliberação da Plenária final da 2.ª CNCTIS, as emendas referentes a essas subagendas foram remetidas aos Conselhos Estaduais de Saúde (CES) para que coordenassem o processo de votação, conforme deliberação do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em cada estado participante da 2.ª CNCTIS.

Finalizado o prazo, sete Conselhos Estaduais de Saúde (dos estados de Alagoas, Amazonas, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Sergipe e Santa Catarina) enviaram suas contribuições. Por deliberação da Plenária do CNS, em sua 151.ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de fevereiro de 2005, o resultado da votação desses sete estados foi integralmente incorporado aos anais da 2.ª CNCTIS.

A seguir, apresenta-se a ANPPS composta por 24 subagendas de pesquisas em saúde.

SUBAGENDAS DE PESQUISA EM SAÚDE

1 SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS

1.1 MAGNITUDE E DINÂMICA DOS PROBLEMAS RELACIONADOS À SAÚDE INDÍGENA

1.1.1 Pesquisas sobre transição epidemiológica, demográfica e nutricional:

1.1.1.1 Inquéritos nutricionais e alimentares: identificação de hábitos alimentares, desnutrição, obesidade, anemia e hipovitaminose A;

1.1.1.2 Avaliação de programas e projetos de alimentação e nutrição desenvolvidas em áreas indígenas;

1.1.1.3 Inquéritos sobre as principais doenças crônicas não-transmissíveis;

1.1.1.4 Estudos interdisciplinares sobre abuso de álcool ou outras drogas, violência, suicídio, sofrimento psíquico e necessidades especiais;

1.1.1.5 Determinantes dos padrões de morbimortalidade, fecundidade e migração direta e indiretamente relacionados à saúde;

1.1.1.6 Estudos voltados à compreensão dos fatores demográficos relacionados ao crescimento populacional verificado em parcela substancial dos povos indígenas;

1.1.1.7 Estudos sobre os processos de urbanização da população indígena, transição epidemiológica, nutricional e demográfica e utilização dos serviços de saúde;

1.1.1.8 Indicadores de saúde para as populações indígenas.

1.1.2 Estudos epidemiológicos sobre os principais grupos de doenças infecciosas e parasitárias endêmicas nas populações indígenas.

1.1.3 Impactos de mudanças ambientais nas condições sociossanitárias dos povos indígenas:

1.1.3.1 Estudos sobre os agravos decorrentes da contaminação ambiental por metais pesados e agrotóxicos, doenças de veiculação hídrica, emergência de doenças parasitárias;

1.1.3.2 Estudos sobre o desenvolvimento de estratégias e de tecnologias de saneamento básico e habitações adequadas a contextos socioculturais diferenciados;

1.1.3.3 Estudos sobre a influência e impacto do deslocamento de comunidades indígenas das suas aldeias de origem, em virtude da construção de obras de infra-estrutura, tais como rodovias e barragens;

1.1.3.4 Estudos sobre os padrões de saúde-doença de etnias de territórios contíguos nas fronteiras, incluindo o padrão de utilização dos serviços de saúde.

1.1.4 Investigação das práticas socioculturais relacionadas ao autocuidado em saúde no sentido lato (reprodução social e física da comunidade) e, no sentido estrito, e das práticas relacionadas ao processo saúde-doença:

1.1.4.1 Estudos sobre formas de organização sociopolítica dos povos indígenas e suas interfaces com a saúde;

1.1.4.2 Investigação sobre sistemas de saúde indígenas, práticas de autocuidado e de cura indígena, com ênfase no contexto da transição epidemiológica;

1.1.4.3 Estudos que enfoquem a interface gênero e saúde indígena, contemplando saúde reprodutiva e sexual.

1.2 ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E SERVIÇOS

1.2.1 Avaliação do modelo de gestão, planejamento, funcionamento e impactos do subsistema de saúde indígena:

1.2.1.1 Estudos sobre as políticas de atenção à saúde do índio, levando em conta o cenário atual de transição desses modelos;

1.2.1.2 Avaliação do processo de distritalização envolvendo a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), organizações conveniadas e rede de referência;

1.2.1.3 Avaliação do controle social e da participação comunitária indígena em saúde, especialmente com relação ao poder das comunidades indígenas, em face da atuação de ONGs estrangeiras nas áreas indígenas;

1.2.1.4 Estudos sobre formação e recrutamento de recursos humanos para saúde indígena;

1.2.1.5 Avaliação do sistema de informação de saúde indígena, considerando a articulação às bases de dados nacionais e incorporação de componentes geográficos e especificidades étnicas;

1.2.1.6 Avaliação dos serviços de saúde: a perspectiva do usuário indígena, os itinerários terapêuticos, a (des)territorialização da população indígena e suas implicações no acesso aos serviços;

1.2.1.7 Estudos sobre as práticas de atenção à saúde dos índios, no nível local, analisando as relações entre profissionais de saúde, incluindo a equipe de saúde indígena, e os usuários;

1.2.1.8 Monitoramento e avaliação do uso das tecnologias no subsistema de saúde indígena, iatrogenias e reações adversas aos medicamentos.

2 SAÚDE MENTAL

2.1 ENFOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO

2.1.1 Cultura e sociedade:

2.1.1.1 Representação social;

2.1.1.2 Preconceito, estigma, cidadania e direitos de pessoas com transtorno mental;

2.1.1.3 Saúde mental, gênero e etnia;

2.1.1.4 Violência e implicações psicossociais;

2.1.1.5 Ecologia social,urbana e rural, qualidade de vida e saúde mental;

2.1.1.6 Saúde Mental e religião.

2.2 MAGNITUDE, DINÂMICA E COMPREENSÃO DOS AGRAVOS EM SAÚDE MENTAL

2.2.1 Indicadores de saúde mental.

2.2.2 Estudos sobre carga global da doença mental na população brasileira.

2.2.3 Fatores de risco e de proteção, vulnerabilidade e prognóstico de problemas de saúde mental em grupos específicos da população.

2.2.4 Perfil epidemiológico dos portadores de transtorno mental e dos dependentes químicos.

2.2.5 Levantamento exploratório de aspectos demográficos e socioeconômicos em saúde mental.

2.2.6 Fatores predisponentes a distúrbios de saúde mental, associados a resíduos tóxicos.

2.2.7 Transtornos mentais pós-parto.

2.2.8 Saúde mental na infância: traumas, depressão e outras patologias.

2.3 ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLITICAS, PROGRAMAS E SERVIÇOS

2.3.1 Estudos sobre as políticas públicas de saúde mental.

2.3.2 Reabilitação psicossocial.

2.3.3 Dispositivos terapêuticos para transtornos mentais graves e persistentes.

2.3.4 Eficácia da atenção em saúde mental por equipes interdisciplinares e multiprofissionais e, estudos sobre a eficácia das abordagens terapêuticas de grupos.

2.3.5 Saúde mental, assédio moral e/ou sexual, trabalho e educação.

2.3.6 Iatrogenia, eficácia e eficiência da assistência psicofarmacológica.

2.3.7 Medicalização do sofrimento psíquico e adequação do uso de psicotrópicos.

2.3.8 Projetos terapêuticos, estratégias de prevenção e redução de danos para uso abusivo de álcool e outras drogas lícitas e ilícitas.

2.3.9 Qualidade de vida e humanização da atenção.

2.3.10 Reforma psiquiátrica: novos atores, suas metodologias e estratégias de participação.

2.3.11 Impacto social das doenças mentais e das intervenções.

2.3.12 Redes de apoio social.

2.3.13 Medicina natural, práticas alternativas e complementares de saúde, tais como homeopatia, acupuntura e fitoterapia.

2.3.14 Estudos referentes à família e aos cuidadores da pessoa com transtorno mental.

2.3.15 Estudos para identificação de políticas e programas que favoreçam a desospitalização dos doentes mentais.

2.3.16 Impactos do processo de descentralização, regionalização e atenção básica na assistência em saúde mental.

2.4 AVALIAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS

2.4.1 Desenvolvimento e utilização de novas tecnologias na atenção a portadores de transtornos mentais.

2.4.2 Novos métodos e técnicas de investigação dos transtornos mentais.

2.4.3 Desenvolvimento de tecnologias de reabilitação.

2.4.4 Pesquisas sobre medicamentos para transtornos mentais enfocando sua complexidade, problemas de acesso para a população e redução de efeitos colaterais e reações adversas.

3 VIOLÊNCIA, ACIDENTES E TRAUMA

3.1 ESTUDOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E SERVIÇOS

3.1.1 Políticas de atenção à violência, acidentes e trauma, incluindo os do trabalho, levando em consideração as questões culturais, econômicas, geográficas, e outras.

3.1.2 Sistemas e serviços de urgência e emergência: gestão, modelos e qualidade, regulação de fluxo e triagem nas etapas pré, intra e pós-hospitalar.

3.1.3 Avaliação de políticas, programas, projetos e demais intervenções relacionadas à prevenção da violência, acidentes e traumas, incluindo-se os do trabalho, violência familiar, suicídios, homicídios entre adolescentes e jovens, acidentes de trânsito, violência sexual, consumo de substâncias psicoativas, álcool e intoxicações.

3.1.4 Sistemas de informações epidemiológicas em violência, acidentes e trauma, incluindo-se os do trabalho, para urgência, emergência e atenção básica.

3.1.5 Avaliação de sistemas de vigilância de violências e acidentes, incluindo-se os do trabalho, considerando os aspectos políticos, sociais e culturais.

3.1.6 Pesquisas referentes a tratamentos para os agressores e familiares das vítimas, com ênfase em modelos terapêuticos que ocorram na própria comunidade.

3.1.7 Estudos sobre envolvimento, sensibilização, mobilização, fortalecimento e capacitação de lideranças e organizações comunitárias nas medidas preventivas de controle de danos e riscos relacionados à violência.

3.2 ATENDIMENTO PRÉ, INTRA E PÓS-HOSPITALAR: ENSAIOS CLÍNICOS E ESTUDOS EXPERIMENTAIS

3.2.1 Avaliação da eficácia e segurança dos protocolos dos tratamentos utilizados no manejo das condições traumáticas.

3.2.2 Efetividade do diagnóstico, terapêutica e prognóstico, com ênfase no diagnóstico por imagem.

3.2.3 Estudos de novos métodos terapêuticos.

3.3 MAGNITUDE, DINÂMICA E COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA, ACIDENTES E TRAUMA: ESTUDOS QUANTITATIVOS DE BASE POPULACIONAL E ESTUDOS QUALITATIVOS

3.3.1 Magnitude segundo tipos de violência: doméstica, sexual, psicológica, comunitária, institucional, auto-infligida, no trabalho, no trânsito, nos diferentes grupos populacionais, étnicos e segmentos sociais.

3.3.2 Incidência e prevalência do comportamento violento e vitimização.

3.3.3 Efeitos da violência no processo de adoecimento.

3.3.4 Determinantes da morbimortalidade relativa aos principais tipos de violência (no trabalho, no trânsito, doméstica, sexual, comunitária, institucional, auto-infligida, nos diferentes grupos populacionais, étnicos e segmentos sociais).

3.3.5 Determinantes, fatores e áreas de risco e ocorrência de danos relativos ao consumo de álcool e outras drogas psicoativas.

3.3.6 Tradução, adaptação e validação, no Brasil, dos instrumentos de aferição da violência, existentes em outros países.

3.3.7 Formas de comunicação e educação em saúde para a prevenção de violência, acidentes, traumas e intoxicações, levando em conta as questões regionais.

3.3.8 Levantamento exploratório de aspectos demográficos e socioeconômicos em acidentes e trauma.

3.3.9 Criminalidade, uso e manipulação de armas por adolescentes em conflito com a lei e em situação de risco, tendo como base o Estatuto da Criança e Adolescente.

3.3.10 Análise da estratificação social da violência e seus efeitos, com recorte étnico e socioeconômico:

3.3.10.1 Efeitos da exclusão social e discriminação racial sobre a mortalidade e a violência que atingem adolescentes e jovens negros.

3.3.11 Impacto dos traumas de trânsito e da violência na geração de deficiências.

3.3.12 Estudos sobre a reinserção na vida produtiva e social dos portadores de deficiências produzidas em decorrência de traumas e violências.

3.3.13 Estudos sobre a ação profissional ética e os aspectos ético legais, relacionada às situações de conflito ou dilemas em cenários de emergência, observando as questões de gênero, raça, idade e orientação religiosa do usuário.

3.3.14 Estudos sobre os efeitos da propaganda de bebidas alcoólicas sobre a saúde da população, com ênfase nos problemas relacionados à violência e ao trauma.

3.3.15 Estudos dos impactos produzidos por ações intersetoriais no quadro epidemiológico de violências, acidentes e traumas (Sistema Único de Segurança Pública, Projetos UNI, Fórum Comunitário de Combate à Violência).

3.4 ACIDENTES POR ANIMAIS PEÇONHENTOS

3.4.1 História natural, determinantes e fatores de risco dos acidentes por animais peçonhentos e estudo das ações de prevenção.

3.4.2 Identificação de material biológico de animais peçonhentos, com vistas a produção de soros, observando a variabilidade deste material e aplicabilidade na região de origem.

3.4.3 Estudos sobre a disponibilidade de soros, principalmente na área rural, em áreas negligenciadas.

4 SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

4.1 MAGNITUDE E DINÂMICA DOS PROBLEMAS RELACIONADOS À SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

4.1.1 Estudo da questão racial no Brasil, seus impactos nas relações sociais e implicações sobre o processo saúde-doença da população negra.

4.1.2 Situação de saúde das populações negras vivendo em remanescentes dos antigos quilombos (quilombolas).

4.1.3 Desenvolvimento de sistema de indicadores de saúde da população negra:

- 4.1.3.1 Informação estatística do quesito cor e de outras variáveis importantes no monitoramento da eqüidade em saúde;
- 4.1.3.2 Análise epidemiológica da morbimortalidade por doenças genéticas e por doenças agravadas pelas condições de vida;
- 4.1.3.3 Revisão sistemática sobre saúde da população negra.

4.1.4 Estudos multidisciplinares sobre doença falciforme:

- 4.1.4.1 Impacto epidemiológico, determinantes, repercussões e riscos;
- 4.1.4.2 Clínico-epidemiológicos sobre a heterogeneidade da sintomatologia, ocorrência de complicações e reação adversa a medicamentos;
- 4.1.4.3 Desenvolvimento de *kits* básicos para diagnóstico;
- 4.1.4.4 Vigilância epidemiológica de infecções associadas.

4.1.5 Doenças, agravos e condições da população negra:

- 4.1.5.1 Hemoglobinopatias, hipertensão, diabetes *mellitus* e seus agravos;
- 4.1.5.2 Deficiência de glicose 6 fosfato desidrogenase, e outras condições genéticas;
- 4.1.5.3 Infecção por HTLV-I;
- 4.1.5.4 Doenças sexualmente transmissíveis e HIV/aids;
- 4.1.5.5 Gravidez e obesidade na adolescência;
- 4.1.5.6 Transtornos mentais.

4.1.6 Pesquisas qualitativas e quantitativas sobre medicina popular de matriz africana e contribuição das manifestações afro-brasileiras na promoção da saúde.

4.2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS, SERVIÇOS E TECNOLOGIAS

4.2.1 Estudos sobre as políticas governamentais afirmativas de discriminação positiva, na área da Saúde.

5 DOENÇAS NÃO-TRANSMISSÍVEIS

5.1 HIPERTENSÃO ARTERIAL, DIABETES *MELLITUS* E OBESIDADE

5.1.1 Morbimortalidade, custo socioeconômico, adesão ao tratamento, evolução da doença e complicações.

5.1.2 Fatores de risco.

5.1.3 Mecanismos fisiopatológicos.

5.1.4 Desenvolvimento de métodos de promoção da saúde e métodos de prevenção, diagnóstico e tratamento precoces.

5.1.5 Estudos de rastreamento diagnóstico de doença celíaca em pacientes diabéticos.

5.1.6 Estudos sobre a importância das tensões emocionais (estresse) no desencadeamento da hipertensão arterial e no agravamento do diabetes *mellitus* e da obesidade.

5.1.7 Desenvolvimento de programas de estímulo ao estilo de vida ativo e estudo do impacto desses programas em diferentes populações.

5.2 ATEROTROMBOSE – doenças cerebrovasculares, doença arterial coronariana e doença arterial periférica

5.2.1 Morbimortalidade e custo socioeconômico.

5.2.2 Fatores de risco.

5.2.3 Mecanismos fisiopatológicos.

5.2.4 Desenvolvimento de métodos de promoção da saúde e métodos de diagnóstico e tratamento precoce, fase aguda e crônica, avaliando inclusive as técnicas de terapia celular.

5.3. DOENÇAS RESPIRATÓRIAS – asma e doença pulmonar obstrutiva crônica

5.3.1 Impacto das doenças respiratórias nos serviços de emergência do SUS.

5.3.2 Prevalência segundo faixa etária.

5.3.3 Doenças respiratórias e comprometimento da qualidade de vida, absenteísmo no trabalho e na escola.

5.3.4 Desafios no conhecimento da etiopatogenia e tratamento.

5.3.5 Estudo de eficácia e efetividade das práticas terapêuticas não- convencionais ambulatoriais.

5.3.6 Impacto das intervenções ambientais (queimadas, desmatamentos, etc.) no comprometimento do aparelho respiratório e da qualidade de vida.

5.3.7 Eficácia e efetividade das práticas terapêuticas.

5.4 OSTEOARTICULAR – artrites, artroses não especificadas e doenças da coluna (especificamente lombar e cervical)

5.4.1 Prevalência segundo faixa etária.

5.4.2 Impacto da doença osteoarticular nos serviços de atendimento ambulatorial e na rede hospitalar em todo território nacional.

5.4.3 Episódios recorrentes de incapacitação temporária.

5.4.4 Doenças osteoarticulares como causa de aposentadoria precoce.

5.4.5 Efetividade das terapias disponíveis, incluindo acupuntura e terapia celular.

5.4.6 Eficácia e efetividade das práticas de prevenção e reabilitação física e psicossocial.

5.4.7 Pesquisas sobre neoplasias do sistema músculo-esquelético e de alternativas terapêuticas que preservem a função do paciente sem a necessidade de mutilações.

5.5 NEOPLASIAS

5.5.1 Morbimortalidade, custo socioeconômico e qualidade de vida.

5.5.2 Letalidade.

5.5.3 Diferenças regionais.

5.5.4 Fatores de risco.

5.5.5 Investigação dos mecanismos fisiopatológicos do desenvolvimento das neoplasias.

5.5.6 Desenvolvimento de métodos de diagnóstico e tratamento precoce, inclusive das técnicas de terapia celular.

5.5.7 Etiologia do câncer: fatores de risco genéticos e ambientais, incluindo resíduos tóxicos, suas interações e influência de fatores sociogeográficos.

5.5.8 Avaliação de programas de prevenção primária, de detecção precoce e de atenção a pacientes "fora de possibilidade terapêutica" (cuidados paliativos).

5.5.9 Pesquisa clínica das neoplasias de maior prevalência no País, por meio da criação de redes nacionais integradas.

5.6 NEFROPATIAS AGUDAS E DOENÇAS RENAIS CRÔNICAS

5.6.1 Morbimortalidade e custo socioeconômico.

5.6.2 Diagnóstico precoce, tratamento adequado e potencial de modificação da evolução da doença.

5.6.3 Estudos sobre o mecanismo da doença.

5.6.4 Avaliação tecnológica para o aprimoramento da Terapia Renal Substitutiva.

5.6.5 Farmacovigilância dos medicamentos de uso contínuo.

5.7 HEMOPATIAS

5.7.1 Morbidade e custo econômico.

5.7.2 Letalidade.

5.7.3 Diferenças regionais.

5.7.4 Mecanismos fisiopatológicos.

5.7.5 Desenvolvimento de métodos de diagnóstico e tratamento precoce.

5.7.6 Detecção precoce e evolução da doença.

5.8 DOENÇAS REUMÁTICAS

5.8.1 Alterações valvulares decorrentes de doenças reumáticas.

5.9 PRIORIDADES COMUNS AO CONJUNTO DAS DOENÇAS NÃO-TRANSMISSÍVEIS RELEVANTES PARA A SAÚDE PÚBLICA

5.9.1 Mecanismos fisiopatológicos, celulares e moleculares.

5.9.2 Identificação de polimorfismos genéticos e suas interações com fatores de risco ambientais.

5.9.3 Estudos para identificação de determinantes sociais, fatores de risco e grupos populacionais vulneráveis.

5.9.4 Estudos sobre o impacto do uso do tabaco e do consumo de álcool no desenvolvimento das doenças não-transmissíveis.

5.9.5 Estudos de tendência temporal das doenças não transmissíveis nas diversas regiões do País.

5.9.6 Estudos epidemiológicos das doenças não transmissíveis em diferentes faixas etárias.

5.9.7 Estudos de intervenção, nas diversas regiões do País, para avaliação do impacto das ações de prevenção e controle.

5.9.8 Construção e seleção de indicadores epidemiológicos para monitoramento e vigilância dos fatores de risco, morbidade e mortalidade por doenças crônicas não-transmissíveis.

5.9.9 Desenvolvimento de novos métodos diagnósticos e terapêuticos, com aplicações de avanços da bioengenharia, terapia celular e gênica, transplantes, medicina natural, terapias complementares e técnicas de reabilitação.

5.9.10 Desenvolvimento de novos medicamentos, compostos e formulações, incluindo homeopáticos e fitoterápicos, visando à melhoria do tratamento, redução do alto custo e da dependência externa.

5.9.11 Avaliação de modelos de adesão ao tratamento e de redes de apoio social aos portadores de doenças não-transmissíveis.

5.9.12 Estudos de custo-efetividade dos métodos diagnósticos e intervenções terapêuticas.

5.9.13 Avaliação de políticas, programas e serviços.

5.9.14 Estudos referentes à dinâmica de vida dos portadores de doenças crônicas.

5.9.15 Avaliação da implantação dos serviços de transplantes.

6 SAÚDE DO IDOSO

6.1 MAGNITUDE, DINÂMICA E COMPREENSÃO DOS PROBLEMAS DE SAÚDE DO IDOSO

6.1.1 Estudos sobre o impacto do envelhecimento populacional no sistema de saúde.

6.1.2 Estudos sobre a organização familiar frente ao envelhecimento e relação intergeracional:

6.1.2.1 Estudos sobre o papel do idoso como cuidador;

6.1.2.2 Estudos sobre a contribuição das aposentadorias na composição da renda familiar.

6.1.3 Determinantes das condições de vida do idoso, com ênfase nos aspectos ambientais, familiares, nutricionais, físicos e psicossociais:

6.1.3.1 O envelhecimento em comunidades pobres.

6.1.4 Identificação, distribuição e vulnerabilidade da população idosa.

6.1.5 Desenvolvimento de indicadores para acompanhamento do envelhecimento e de prevalência das DST/aids na terceira idade.

6.1.6 Avaliação da qualidade de vida dos idosos.

6.1.7 Estudos sobre cuidados alternativos para a melhoria da qualidade de vida da população idosa, em consonância com a Política Nacional do Idoso.

6.2 COMPREENSÃO DOS MECANISMOS DAS DOENÇAS ASSOCIADAS AO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

6.2.1 Interação genético-ambiental na predição e prevenção das doenças crônico-degenerativas associadas ao envelhecimento.

6.2.2 Marcadores preditores genético-moleculares de fragilidade (demência, doenças cardiovasculares e cerebrovasculares, osteoporose, doença de Parkinson, doença de Alzheimer, distúrbios da deglutição, audição e outros).

6.2.3 Mecanismos etiopatogênicos de doenças associadas ao envelhecimento.

6.2.4 Mecanismos da imunidade no idoso.

6.3 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS, SERVIÇOS E TECNOLOGIAS

6.3.1 Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI) e do Estatuto do Idoso:

6.3.1.1 Identificação de ações de promoção da saúde e prevenção de agravos;

6.3.1.2 Avaliação do impacto de modelos de atenção e da utilização dos serviços de saúde: Programa Saúde da Família e de Agentes Comunitário de Saúde;

6.3.1.3 Desenvolvimento de indicadores para monitoramento das políticas públicas.

6.3.2 Avaliação periódica da qualidade da atenção ao idoso no sistema hospitalar e asilar do SUS e da saúde suplementar.

6.3.3 Avaliação dos programas e estratégias de orientação às famílias e aos cuidadores responsáveis por idosos dependentes.

6.3.4 Avaliação das práticas e políticas de prescrição, obtenção e utilização de fármacos por idosos.

6.3.5 Desenvolvimento e avaliação de mecanismos de vigilância à saúde da população idosa.

6.3.6 Desenvolvimento e avaliação de estratégias de reabilitação:

6.3.6.1 Gerotecnologia assistida;

6.3.6.2 Acessibilidade universal;

6.3.6.3 Reabilitação funcional no que se refere à fragilidade, imobilidade, instabilidade, iatrogenia, incontinências, disfunção cognitiva, infecções, desnutrição, edentulismo e outros agravos de saúde bucal.

6.3.7 Desenvolvimento e validação de instrumentos de aferição de saúde e qualidade de vida dos idosos.

6.3.8 Desenvolvimento de tecnologia de autocuidado.

7 SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

7.1 MAGNITUDE, DINÂMICA E COMPREENSÃO DOS PROBLEMAS DE SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

7.1.1 Período perinatal e primeiro ano de vida:

7.1.1.1 Determinantes da condição de vida e do desenvolvimento da criança, com ênfase nos aspectos ambientais, familiares, biológicos, nutricionais e psicossociais;

7.1.1.2 Determinantes e magnitude da morbimortalidade fetal, perinatal, neonatal e caracterização de anomalias congênitas, utilizando estudos multicêntricos;

7.1.1.3 Transmissão vertical de doenças como sífilis, hepatites, infecção pelo HIV e outras retroviroses;

7.1.1.4 Prevalência das doenças orais, periorais, deformidades craniofaciais e perdas auditivas;

7.1.1.5 Elaboração de rotinas de diagnóstico e terapêutica das doenças e agravos decorrentes da prematuridade.

7.1.2 Infância:

7.1.2.1 Estado nutricional: desnutrição, obesidade, deficiência de micronutrientes;

7.1.2.2 Mecanismos básicos, clínica e epidemiologia relacionada à hipertensão arterial, hipercolesterolemia, sobrepeso/obesidade, asma brônquica, neoplasias, saúde mental, saúde bucal, diabetes, doença falciforme, outras hemoglobinopatias, saúde auditiva e alterações respiratórias obstrutivas, febres reumáticas;

7.1.2.3 Deficiência, violência e acidentes, com ênfase naqueles decorrentes do trabalho infantil;

7.1.2.4 Estudos dos fatores de risco e de proteção da saúde e qualidade de vida de crianças portadoras de deficiências;

7.1.2.5 Condições de vida e de sobrevida de crianças com necessidades especiais e seu processo de ajustamento no domicílio;

7.1.2.6 Prevalência de doenças osteoarticulares, com ênfase no impacto da iniciação esportiva precoce na saúde e qualidade de vida;

7.1.2.7 Efeitos da exclusão social e da discriminação racial sobre a saúde da criança;

7.1.2.8 Impacto do relacionamento familiar e das redes sociais de apoio no desenvolvimento e manejo dos problemas de saúde;

7.1.2.9 Impacto da morbidade sobre o desenvolvimento infantil e retardo no desenvolvimento neuropsicomotor.

7.1.3 Adolescência:

7.1.3.1 Determinantes, repercussões e riscos da maternidade e paternidade na adolescência e estudos sobre as circunstâncias da primeira gravidez;

7.1.3.2 Determinantes da adesão a práticas sexuais seguras e inseguras e estudos comportamentais com relação às doenças sexualmente transmissíveis (DST/aids) e ao início da atividade sexual precoce;

7.1.3.3 Pesquisa intersetorial sobre a sexualidade dos adolescentes com ênfase nas mudanças corporais e exercício da sexualidade;

7.1.3.4 Efeitos da exploração sexual comercial da criança e do adolescente no seu desenvolvimento biopsicosocial;

7.1.3.5 Riscos associados ao uso de drogas lícitas e ilícitas, doenças sexualmente transmissíveis/HIV, violência e deficiência;

7.1.3.6 Violência, criminalidade, acesso, uso e manipulação de armas, mecanismos de recuperação de adolescentes em conflito com a lei;

7.1.3.7 Estudo sobre o impacto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na proteção dos direitos da criança e do adolescente em situação de risco;

7.1.3.8 Impacto do relacionamento familiar e das redes sociais de apoio no desenvolvimento dos problemas de saúde;

7.1.3.9 Estado nutricional e composição corporal com alterações bioquímicas nos diversos estágios de maturação sexual;

7.1.3.10 Determinantes da anorexia, bulimia e obesidade;

7.1.3.11 Efeitos da exclusão racial e social sobre a saúde do adolescente.

7.2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS, SERVIÇOS E TECNOLOGIAS

7.2.1 Período perinatal e infância:

7.2.1.1 Estudos da qualidade, efetividade, e humanização da atenção no pré-natal e ao recém-nascido de alto risco, incluindo orientação nutricional;

7.2.1.2 Efetividade de novas tecnologias para atendimento a recém-nascidos de alto risco;

7.2.1.3 Desenvolvimento de tecnologias em banco de leite humano para garantir a qualidade dos produtos e processos;

7.2.1.4 Desenvolvimento tecnológico para produção de imunobiológicos contra doenças da infância;

7.2.1.5 Desenvolvimento de novas tecnologias para redução da mortalidade infantil;

7.2.1.6 Elaboração e validação de curva de crescimento para prematuro;

7.2.1.7 Desenvolvimento e validação de instrumentos de aferição de saúde e qualidade de vida da criança e do adolescente;

7.2.1.8 Prevenção primária e secundária da diarréia, infecções respiratórias agudas e desnutrição;

7.2.1.9 Estudos sobre promoção da saúde nas escolas, no domicílio e na comunidade e sobre o impacto da mídia no comportamento da criança;

7.2.1.10 Desenvolvimento e avaliação de estratégias de prevenção e reabilitação da criança portadora de deficiência;

7.2.1.11 Estudos de eficácia e efetividade de práticas terapêuticas voltadas à prevenção e reabilitação da saúde e qualidade de vida da criança;

7.2.1.12 Estudos de avaliação e tratamento multidisciplinar da reabilitação da criança respiradora bucal.

7.2.2 Adolescência:

7.2.2.1 Estudos sobre o impacto das campanhas de prevenção de condutas de risco e mudanças de comportamento individual;

7.2.2.2 Estudos sobre o impacto da mídia no comportamento do adolescente;

7.2.2.3 Avaliação dos serviços de saúde quanto às oportunidades perdidas de orientação, informação e prevenção de fatores de risco na adolescência;

7.2.2.4 Determinantes do acesso precário dos adolescentes do sexo masculino aos serviços de saúde;

7.2.2.5 Estudos sobre a promoção da saúde nas escolas, no domicílio e nas comunidades;

7.2.2.6 Desenvolvimento e avaliação de estratégias de prevenção e de reabilitação do adolescente portador de deficiência;

7.2.2.7 Estudos de eficácia e efetividade de práticas terapêuticas voltadas à prevenção e reabilitação da saúde e qualidade de vida do adolescente;

7.2.2.8 Estudos de avaliação e tratamento multidisciplinar da reabilitação do adolescente respirador bucal.

8 SAÚDE DA MULHER

8.1 MAGNITUDE, DINÂMICA E COMPREENSÃO DOS PROBLEMAS DE SAÚDE DA MULHER

8.1.1 Abortamento:

8.1.1.1 Estudos sobre os determinantes biológicos e socioculturais do aborto, aborto recorrente, aborto de repetição em pacientes celíacos e violência;

8.1.1.2 Estudos comparativos entre Aspiração Manual Intra-Uterina (AMIU) e curetagens tradicionais.

8.1.2 Contracepção e concepção:

8.1.2.1 Prevalência e determinantes da infertilidade, incluindo a ação de resíduos tóxicos;

8.1.2.2 Métodos contraceptivos usuais e alternativos;

8.1.2.3 Estudos sobre impacto biopsicossocial da esterilização nas mulheres.

8.1.3 DST/aids em mulheres:

8.1.3.1 HIV/ DST na adolescência e em mulheres maiores de 50 anos;

8.1.3.2 Reprodução, sexualidade e HIV;

8.1.3.3 Estudo da prevalência da transmissão vertical do HIV;

8.1.3.4 HIV/ aids no casamento;

8.1.3.5. Prevalência de *Chlamydia*, gonorréia, HPV e câncer de colo uterino;

8.1.3.6 Determinantes da prática do sexo desprotegido.

8.1.4 Gravidez, parto e puerpério:

8.1.4.1 Morbidade obstétrica grave;

8.1.4.2 Suicídio na gravidez;

8.1.4.3 Mortalidade materna e fatores de vulnerabilidade;

8.1.4.4 Implicações do processo de amamentação na qualidade de vida da mulher: repercussões na saúde mental, no trabalho e na sexualidade;

8.1.4.5 Morbimortalidade associada à utilização de tecnologias no parto;

8.1.4.6 Estudo da gravidez e implicações para o processo produtivo;

8.1.4.7 O impacto da mídia no comportamento da mulher;

8.1.4.8 Estudo da prevalência e incidência de transtornos mentais na mulher grávida;

8.1.4.9 Hipertensão gravídica e gravidez na adolescência;

8.1.4.10 Efetividade da humanização da assistência ao parto e puerpério;

8.1.4.11 Avaliação da qualidade do pré-natal;

8.1.4.12 Avaliação dos determinantes e tratamento da depressão pós-parto;

8.1.4.13 Prevalência e incidência de doenças transmissíveis durante a gravidez;

8.1.4.14 Determinação cultural na escolha do tipo de parto (posição, alimentação e medicalização).

8.1.5 Sexualidade:

8.1.5.1 Determinantes comportamentais e diversidade de orientações sexuais;

8.1.5.2 Mulheres com deficiências;

8.1.5.3 Mulheres na adolescência.

8.1.6 Atenção e cuidado à saúde:

8.1.6.1 Medicalização do corpo feminino nas diferentes fases da vida;

8.1.6.2 Transtornos alimentares;

8.1.6.3 Desigualdades socioeconômicas, dimensão étnico-racial e de gênero;

8.1.6.4 Determinantes biológicos e socioculturais dos problemas de saúde associados ao climatério;

8.1.6.5 Práticas de cuidado à saúde da mulher em fase reprodutiva e no climatério;

8.1.6.6 Estudos de práticas complementares e medicina natural (como homeopatia, acupuntura, fitoterapia e outros) de atenção nas diferentes fases da vida da mulher.

8.1.7 Raça, etnia e saúde:

8.1.7.1 Prevalência de problemas de saúde e mortalidade em diferentes grupos raciais e étnicos;

8.1.7.2 Prevalência da anemia falciforme e seus reflexos no desenvolvimento físico e psicológico nas várias etapas da vida.

8.1.8 Saúde mental:

8.1.8.1 Prevalência do consumo de drogas lícitas e ilícitas e a determinação de gênero;

8.1.8.2 Prevalência de depressão, suicídio e violência contra a mulher.

8.1.9 Trabalho e saúde:

8.1.9.1 Relações entre os trabalhos sexual, infantil, rural, doméstico e a saúde;

8.1.9.2 Agrotóxicos e agravos à saúde reprodutiva;

8.1.9.3 Poluentes ambientais, câncer de mama e saúde reprodutiva;

8.1.9.4 Fatores ergonômicos e sensoriais e problemas ocupacionais;

8.1.9.5 Determinantes das condições de saúde da mulher, com ênfase nos aspectos ambientais e familiares.

8.1.10 Violência:

8.1.10.1 Mortalidade;

8.1.10.2 Sexual, doméstica, institucional, na gravidez, relacionada a DST/aids e à deficiência.

8.1.11 Envelhecimento:

8.1.11.1 Qualidade de vida;

8.1.11.2 Determinantes biológicos e socioculturais das doenças crônico-degenerativas e das incapacidades;

8.1.11.3 Sexualidade na terceira idade.

8.1.12 Câncer de mama:

8.1.12.1 Estratégias de diagnóstico precoce adaptadas à realidade social e custo socioeconômico;

8.1.12.2 Impacto econômico dos programas de diagnóstico precoce do câncer de mama;

8.1.12.3 Custo-efetividade dos métodos propedêuticos e terapêuticos;

8.1.12.4 Avaliação da efetividade e custo-benefício de ações de diagnóstico precoce e tratamento;

8.1.12.5 Avaliação do impacto do tratamento sobre a reinserção profissional da mulher.

8.2. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E SERVIÇOS EM SAÚDE REPRODUTIVA

8.2.1 Estudo sobre a atenção ao aborto legal, ilegal, incompleto e por malformação fetal.

8.2.2 Impacto do uso de tecnologias contraceptivas e conceptivas nas mulheres.

8.2.3 Estudos comparativos sobre os modelos de atenção ao pré-parto, parto e pós-parto.

8.2.4 Morbidades relacionadas ao uso e não-uso de tecnologias no parto.

8.2.5 Estudos de satisfação da usuária na atenção à gravidez, ao parto e ao puerpério.

8.2.6 Qualidade da assistência às urgências e emergências obstétricas.

8.3 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E SERVIÇOS

8.3.1 Acesso e qualidade da atenção à saúde das mulheres no sistema prisional e mulheres portadoras de deficiência.

8.3.2 Efetividade das ações de controle das DST/ HIV.

8.3.3 Efeitos adversos da terapia de reposição hormonal.

8.3.4 Acesso e qualidade da atenção e cuidado à saúde da mulher idosa.

8.3.5 Acesso e qualidade da atenção às mulheres que fazem sexo com mulheres, homossexuais, bissexuais, lésbicas, transexuais e outras orientações sexuais, e profissionais do sexo.

8.3.6 Impactos diferenciados das ações de saúde do trabalhador nas mulheres e homens.

8.3.7 Avaliação da efetividade da rede intersetorial que atende mulheres em situação de violência.

8.3.8 Qualidade dos dados sobre curetagens pós-aborto nos sistemas de informação existentes.

9 SAÚDE DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

9.1 ENFOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO

9.1.1 Representação social.

9.1.2 Preconceito, cidadania e direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais.

9.1.3 Deficiência, gênero e sexualidade.

9.1.4 Contexto familiar dos portadores de necessidades especiais.

9.2 MAGNITUDE, DINÂMICA E COMPREENSÃO DOS PROBLEMAS RELACIONADOS À SAÚDE

9.2.1 Indicadores de saúde, prevalência de deficiências e qualidade de vida dos portadores de necessidades especiais.

9.2.2 Estudo epidemiológico das causas gerais de deficiências.

9.2.3 Vulnerabilidade e prevenção de problemas de saúde.

9.2.4 Saúde e reabilitação.

9.2.5 Saúde mental.

9.2.6 Relação entre o uso de drogas lícitas e ilícitas e a produção de deficiências nos fetos.

9.2.7 Análise do consumo de psicotrópicos pelos portadores de necessidades especiais.

9.2.8 Impacto da violência na geração de deficiências.

9.2.9 Importância e validade da triagem auditiva neonatal na prevenção e diagnóstico precoce da surdez.

9.2.10 Saúde bucal.

9.2.11 Doenças auto-imunes.

9.2.12 Prevalência das DST e aids.

9.2.13 Saúde reprodutiva e gênero em portadores de necessidades especiais.

9.2.14 Efeitos dos fatores ambientais na saúde e qualidade de vida dos portadores de necessidades especiais.

9.3 AVALIAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS

9.3.1 Desenvolvimento de tecnologias de reabilitação de baixo custo.

9.3.2 Desenvolvimento de tecnologias da comunicação (fitas-cassete, disquete, CD-Rom, etc.) em *braille*, língua brasileira de sinais (Libras) e comunicação alternativa e/ou suplementar para deficientes visuais, auditivos e físicos/motores.

9.3.3 Produção de acessórios adequados ao cotidiano do deficiente.

9.4 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E SERVIÇOS

9.4.1 Técnicas de sensibilização e qualificação de recursos humanos para assistência aos portadores de necessidades especiais.

9.4.2 Acessibilidade aos serviços de saúde.

9.4.3 Avaliação e impacto das políticas e práticas de reabilitação nos programas de saúde.

9.5 ESTUDOS DE VALIDAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF)

10 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

10.1 SEGURANÇA ALIMENTAR

10.1.1 Avaliação nutricional dos alimentos regionais.

10.1.2 Estudos sobre a produção familiar de alimentos para autoconsumo e de manejo das espécies locais.

10.1.3 Desenvolvimento de métodos e técnicas de avaliação de consumo alimentar.

10.1.4 Consumo alimentar e valor nutricional, qualidade e contaminação da dieta, prioritariamente a de famílias sob a linha da pobreza.

10.1.5 Impacto de políticas públicas na segurança alimentar de famílias socialmente vulneráveis, grupos étnicos e populações específicas.

10.1.6 Saberes e práticas alimentares nas diversas etapas da vida e em diversas classes sociais.

10.1.7 Promoção da alimentação saudável e da atividade física.

10.1.8 Desenvolvimento de tabela nacional e regional de composição de alimentos.

10.1.9 Alimentação institucional (em creches, escolas, abrigos, presídios, hospitais, locais de trabalho e outros) e oferta de alimentos para portadores de necessidades alimentares especiais.

10.1.10 Tecnologia de alimentos: controle de qualidade e contaminação, aspectos nutricionais, mercadológicos e de biossegurança.

10.1.11 Prospecção da biodiversidade para identificação de espécies com interesse nutricional.

10.1.12 Impacto na saúde humana do uso de produtos químicos sintéticos na criação de animais.

10.1.13 Formas de produção e conservação de alimentos sem o uso de agrotóxicos, conservantes e corantes químicos.

10.1.14 Impacto e qualidade nutricional dos produtos transgênicos.

10.1.15 Técnicas de armazenagem de alimentos e preservação da qualidade nutricional.

10.1.16 Uso de substâncias não permitidas (nocivas) nas formulações de alimentos industrializados.

10.2 AMAMENTAÇÃO E ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR DA CRIANÇA

10.2.1 Amamentação: tipologias, duração e fatores condicionantes, ideologias e condutas relacionadas com a amamentação e alimentação da criança, avaliação das atividades de promoção nos serviços de saúde.

10.2.2 Condicionantes sociais e biológicos na alimentação complementar do desmame.

10.2.3 Situação de saúde e nutrição da criança durante o aleitamento e complementação alimentar do desmame, com atenção especial aos alimentos que contém glúten.

10.3 DESNUTRIÇÃO ENERGÉTICO-PROTÉICA

10.3.1 Análise da distribuição dos determinantes e fatores de risco.

10.3.2 Modelos preditivos.

10.3.3 Sistemas de informações.

10.3.4 Avaliação de políticas e programas de saúde.

10.4 CARÊNCIAS NUTRICIONAIS POR MICRONUTRIENTES (FERRO, VITAMINA A, ÁCIDO FÓLICO, IODO E OUTROS)

10.4.1 Distribuição e análise cartográfica dos determinantes e fatores de risco.

10.4.2 Modelos preditivos.

10.4.3 Sistemas de informações.

10.4.4 Avaliação de políticas e programas de saúde.

10.4.5 Rastreamento diagnóstico de doença celíaca em pacientes anêmicos.

10.5 SOBREPESO E OBESIDADE

10.5.1 Análise da distribuição dos determinantes e fatores de risco.

10.5.2 Complicações metabólicas e sistêmicas.

10.5.3 Distribuição espaço temporal do consumo alimentar e atividade física.

10.5.4 Modelos preditivos.

10.5.5 Sistemas de informações.

10.5.6 Avaliação de políticas e programas no setor Saúde.

10.6 DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DE METODOLOGIAS

10.6.1 Instrumentos, métodos e indicadores de vigilância nutricional.

10.6.2 Métodos de informação, comunicação e educação.

10.6.3 Métodos para avaliação de ações, programas e políticas públicas.

10.6.4 Avaliação de gasto energético.

10.6.5 Manejo clínico dos problemas nutricionais.

10.6.6 Desenvolvimento de métodos e indicadores de avaliação nutricional no contexto familiar.

11 BIOÉTICA E ÉTICA NA PESQUISA

11.1 ASPECTOS TEÓRICO-PRÁTICOS DA BIOÉTICA NO CONTEXTO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO E SANITÁRIO BRASILEIRO (EPISTEMOLÓGICO, METODOLÓGICO E NORMATIVO)

11.1.1 Exercício da cidadania e direitos fundamentais.

11.1.2 Benefícios e malefícios dos processos de saúde.

11.1.3 Sentido de eqüidade, universalidade, gratuidade e controle social no SUS.

11.1.4 Desafios da bioética no mundo – aplicação do conhecimento ao contexto brasileiro, considerando as peculiaridades regionais.

11.1.5 Aspectos bioéticos das terapias alternativas existentes no Brasil.

11.1.6 Autonomia e fatores de vulnerabilidades dos voluntários de pesquisas no âmbito do SUS.

11.2 ASPECTOS BIOÉTICOS EM PROBLEMAS PERSISTENTES

11.2.1 Dilemas éticos relacionados ao abortamento, direitos reprodutivos e sexuais, uso de células-tronco e embriões em pesquisa, mortalidade infantil, mortalidade materna, terminalidade da vida – cuidados paliativos; transplantes, violência nas intervenções, nas relações interétnicas.

11.2.2 Identificação dos dilemas morais na assistência à saúde.

11.2.3 Estudos prospectivos sobre a bioética nas temáticas: atenção à saúde no Brasil, gestão do SUS, vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, vigilância ambiental, assistência farmacêutica, nutrição e segurança alimentar, complexo produtivo em saúde, avaliação de tecnologias em saúde e auditorias.

11.3 ESTUDOS SOBRE FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL NAS PESQUISAS COM SERES HUMANOS

11.3.1 Estudo sobre a forma de atuação dos Comitês de Ética em Pesquisa e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Sistema CEPs-Conep).

11.3.2 Relação profissional de saúde-pesquisador; usuário-sujeito de pesquisa; vulnerabilidade; exclusão e cidadania.

11.4 ESTUDOS SOBRE QUESTÕES ÉTICAS NA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO EM SAÚDE

11.4.1 Ética e privacidade da informação.

11.4.2 Direito do cidadão sobre a inserção de seus dados nos sistemas de informações.

11.4.3 Direito de acesso à informação.

11.4.4 Direito individual e direito coletivo.

11.5 ESTUDOS SOBRE QUESTÕES ÉTICAS RELACIONADAS AO CUIDADO

11.5.1 Processo de morte, morrer e cuidados paliativos.

11.5.2 Uso intensivo de tecnologia médica (obstinação terapêutica).

11.5.3 Preconceitos e abandono da pessoa idosa.

11.5.4 Cidadania da pessoa idosa.

12 PESQUISA CLÍNICA

12.1 DESENVOLVIMENTO GERAL DA PESQUISA CLÍNICA

12.1.1 Avaliação de desempenho de métodos diagnósticos.

12.1.2 Avaliação de intervenções terapêuticas.

12.1.3 Avaliação de novas tecnologias e sua aplicabilidade.

12.1.4 Testes clínicos de procedimentos diagnósticos e terapêuticos, produtos oriundos da pesquisa nacional.

12.1.5 Estudos para elaboração e validação de protocolos clínicos, inclusive para atendimento em homeopatia e acupuntura.

12.2 TEMAS ESPECÍFICOS

12.2.1 Estudo de caracterização populacional e diagnóstico clínico de doenças congênitas com análise de parentesco.

12.2.2 Identificação de genes, polimorfismo genético e elaboração de banco de dados genéticos.

12.2.3 Avaliação clínica de novos medicamentos genéricos.

12.2.4 Ensaios clínicos de substitutos de insumos importados com alto custo.

12.2.5 Ensaios clínicos de práticas terapêuticas complementares.

12.2.6 Avaliação clínica do uso de medicação contínua para as condições mais prevalentes.

12.2.7 Pesquisa pré-clínica e clínica, de plantas medicinais, fitoterápicos e bioativos tradicionalmente utilizados pela população.

12.2.8 Terapia celular, células-tronco, farmacogenética.

12.2.9 Técnicas de biologia molecular para diagnóstico e testagem sorológica.

12.2.10 Avaliação clínica dos efeitos das intervenções de fisioterapia, terapia ocupacional e fonoaudiologia.

13 COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE

13.1 ENSAIOS PRÉ-CLÍNICOS, CLÍNICOS E DE INTERVENÇÃO TERAPÊUTICA – VACINAS

13.1.1 Desenvolvimento de ensaios clínicos de vacinas (Fases I, II, III e IV).

13.1.2 Desenvolvimento de modelos experimentais animais para ensaios pré-clínicos de vacinas.

13.2 INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO – VACINAS

13.2.1 Desenvolvimento de novas vacinas utilizando as atuais e a transferência de tecnologia como plataforma.

13.2.2 Pesquisa e desenvolvimento (P&D) de vacinas veterinárias como plataforma tecnológica.

13.2.3 Pesquisa de novos adjuvantes e formas de aplicação.

13.2.4 P&D de vacinas, destinada a menores de 5 anos, que previnam várias doenças com uma só aplicação.

13.2.5 Vacinas prioritárias.

VACINA	INTERESSE ESTRATÉGICO	INTERESSE EPIDEMIOLÓGICO	REAÇÕES ADVERSAS
DENGUE		X	
DPT/ HBV/ Hib (nova combinação)			
DTPa			X
ESQUISTOSSOMOSE		X	
ESTREPTOCOCO BETA HEMOLÍTICO			
FEBRE AMARELA	X		X
HBV/ HAV			
HEPATITE A		X	
HEPATITE C		X	
Hib (diminuir o número de doses)			
HIV		X	
HPV		X	
INFLUENZA (nova tecnologia de produção)	X		
IPV		X	X
LEISHMANIOSE		X	
LEPTOSPIROSE		X	
MALÁRIA		X	
MENINGITE A conjugada		X	
MENINGITE B/C + Hib			
MENINGITE B/C conjugada	X	X	
MENINGITE C conjugada		X	
PNEUMOCOCOS conjugada 7 valente		X	
RAIVA (diminuir o número de doses)			X
ROTAVIRUS		X	
TB		X	
TOXOPLASMOSE		X	
TRÍPLICE VIRAL (caxumba Jeryl-Lynn)			X
TRÍPLICE VIRAL + VARICELA			
VARÍOLA	X		

13.3 HEMODERIVADOS

13.3.1 Pesquisa e desenvolvimento de hemoderivados.

13.4 EQUIPAMENTOS E DISPOSITIVOS DE CUIDADOS À SAÚDE

13.4.1 Desenvolvimento, pelas indústrias nacionais, de equipamentos utilizados para a produção de medicamentos (farmoquímicos, fitoterápicos) e de insumos biotecnológicos.

13.4.2 Desenvolvimento tecnológico de materiais e/ou equipamentos de cuidados à saúde para substituição de importações.

13.4.3 Produção de equipamentos e produtos portáteis para o atendimento itinerante de populações carentes em regiões distantes.

13.4.4 Desenvolvimento, produção e aprimoramento de equipamentos e dispositivos nas seguintes áreas estratégicas: biomateriais; engenharia de tecidos; órteses e próteses; instrumental para a área da Saúde; equipamentos de alta, média e baixa complexidade para a área da Saúde; artigos e materiais de uso hospitalar; tecnologia em reabilitação; tecnologia em bioinformática e tecnologia hospitalar.

13.4.5 Estudos de avaliação de novas tecnologias e sua aplicabilidade.

13.5 PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.5.1 Identificação e incentivo ao desenvolvimento de produtos e processos patenteáveis.

13.5.2 Avaliação da eficiência do gerenciamento da produção dos insumos estratégicos.

13.5.3 Avaliação do impacto da Lei de Patentes e da Política de Propriedade Intelectual sobre a Política de Saúde e sobre os custos de assistência farmacêutica do SUS.

13.6 PRODUTOS DIAGNÓSTICOS

13.6.1 Pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos diagnósticos.

14 AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIAS E ECONOMIA DA SAÚDE

14.1 CICLO DE VIDA DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE (INOVAÇÃO, INCORPORAÇÃO, USO E OBSOLESCÊNCIA)

14.1.1 Papel do Estado na regulação de produtos e serviços de saúde:

14.1.1.1 Avaliação de tecnologias, pré-comercialização e pós-registro nos serviços universitários e outras instituições de pesquisa;

14.1.1.2 Processo regulatório e as necessidades do sistema de saúde: análise do papel das instituições, Inmetro, Ipem, Anvisa e outros.

14.1.2 Desenvolvimento de modelos de incorporação de tecnologias (especificações e homologações).

14.1.3 Estudos sobre transferibilidade de tecnologias em saúde desenvolvidas em outros países.

14.1.4 Estudos sobre transferência de tecnologias das universidades e institutos de pesquisa para as indústrias nacionais.

14.1.5 Mapeamento de tecnologias no âmbito do SUS e no contexto internacional.

14.1.6 Estudos sobre a capacidade de produção de tecnologias, competitividade e prospecção de inovações tecnológicas, segundo as necessidades do SUS.

14.1.7 Conformidade e qualidade das tecnologias em saúde pré e pós-comercialização:

14.1.7.1 Análise e desenvolvimento de metodologias para certificação de conformidade – qualidade;

14.1.7.2 Metrologia e defesa do consumidor;

14.1.7.3 Avaliação de materiais referenciados;

14.1.7.4 Aferição e calibração dos equipamentos de saúde;

14.1.7.5 Avaliação de qualidade de procedimentos, serviços e produtos;

14.1.7.6 Iatrogenia decorrente do uso das tecnologias.

14.1.8 Inovação e desenvolvimento tecnológico em terapêutica de alta complexidade.

14.2 AVALIAÇÃO ECONÔMICA E ANÁLISE DE CUSTOS EM SAÚDE

14.2.1 Análise e desenvolvimento de metodologias para apuração de custos por procedimento, por tipo de paciente, por centro de responsabilidade, por nível de complexidade da atenção e por atividade.

14.2.2 Estudos de custos de doenças.

14.2.3 Estudos de formação e análise de variação de preços no setor Saúde.

14.2.4 Estudos sobre investimentos no complexo produtivo da saúde.

14.2.5 Validação de tecnologias e avaliação econômica da triagem neonatal.

14.2.6 Estudo de custos e de avaliação econômica de terapias anti-retrovirais.

14.2.7 Estudos de desempenho e impacto econômico do programa de controle do HIV/aids.

14.2.8 Estudos de avaliação econômica dos métodos diagnósticos e intervenções terapêuticas e custo socioeconômico das doenças transmissíveis e não-transmissíveis.

14.2.9 Avaliação econométrica das práticas de amamentação e alimentação complementar da criança.

14.2.10 Análise de custos socioeconômicos da violência nos estados e no Brasil.

14.2.11 Estudo de avaliação econômica e da efetividade de ações de precaução e biossegurança.

14.2.12 Análise da necessidade da importação de produtos farmacêuticos.

14.2.13 Avaliação de tecnologias: estudo comparativo entre o custo-benefício na introdução de uma nova tecnologia e aquela em uso, antes da substituição.

14.2.14 Avaliação econômica de programas escolares de educação e promoção da saúde e prevenção de sobrepeso/obesidade, e outros fatores de risco para doenças crônicas não-transmissíveis (cardiovasculares, diabetes *mellitus*, câncer).

14.2.15 Estudos de custos de ensaios pré-clínicos e clínicos de novos medicamentos.

14.2.16 Impacto socioeconômico de programas de atendimento da doença falciforme.

14.2.17 Avaliação da eficácia, eficiência, efetividade e análise econômica do tratamento renal substitutivo.

14.2.18 Avaliação econômica das ações de controle de infecção hospitalar.

14.2.19 Avaliação econômica dos transplantes de órgãos.

14.2.20 Análise do custo econômico de "hospital-dia" para pacientes pós-transplantes de órgãos.

14.2.21 Avaliação econômica de nutrição enteral e parenteral domiciliar.

14.2.22 Avaliação do custo-efetividade, custo-benefício e eficácia dos procedimentos de alta complexidade em doenças cardiovasculares, ortopédicas e oncológicas.

14.3 ANÁLISE ECONÔMICA DO FINANCIAMENTO DO SETOR SAÚDE

14.3.1 Análise das fontes de financiamento em saúde do setor público: avaliação da captação de recursos; alternativas de fontes de financiamento e estratégias para maximização dos recursos disponíveis e efeitos da aplicação da Emenda Constitucional n.º 29.

14.3.2 Critérios de alocação de recursos: articulação entre custeio e investimento, alocação geográfica e eqüidade.

14.3.3 Formas de remuneração para as diferentes modalidades de atenção à saúde.

14.3.4 Diagnóstico e estudos prospectivos de gastos em saúde.

14.4 ECONOMIA POLÍTICA DA SAÚDE

14.4.1 Análise comparativa dos sistemas de saúde: fundamentos, estrutura, funcionamento e financiamento.

14.4.2 Análise do SUS como fator de desenvolvimento econômico e social – o significado econômico dos serviços e benefícios.

14.4.3 Estudos sobre a relação público-privado (estimativa dos gastos públicos envolvidos com financiamento dos seguros e planos de saúde, incentivos e renúncia fiscal).

14.4.4 Estudo sobre o impacto, na indústria nacional, das compras SUS de dispositivos e equipamentos importados.

14.5 ESTUDOS DE AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE E ECONOMIA DA SAÚDE APLICADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

14.5.1 Análise do uso de tecnologias e avaliação econômica na incorporação de tecnologias em saúde.

14.5.2 Análise do impacto das pesquisas de avaliação de tecnologias e economia da saúde na formulação de diretrizes, na tomada de decisão e nos resultados do sistema de saúde.

14.5.3 Análise de impacto econômico/financeiro dos instrumentos de gestão do SUS.

14.5.4 Elaboração de modelos explicativos da demanda e oferta por ações e serviços de saúde.

14.5.5 Avaliação de tecnologias em saúde e avaliação econômica de tecnologias da saúde como subsídio para elaboração das diretrizes clínicas e da política de aquisição de equipamentos diagnósticos e terapêuticos.

14.6 ESTRATÉGIAS DE ESTRUTURAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DA AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE E ECONOMIA DA SAÚDE

14.6.1 Sistematização do processo de obtenção de dados primários e secundários, e recuperação/aproveitamento de estudos já realizados, em articulação entre a academia e os serviços de saúde.

14.6.2 Desenvolvimento de metodologias em avaliação de tecnologias em saúde e economia da saúde.

14.7 FARMACOECONOMIA

14.7.1 Análise de mercado: estudo de viabilidade econômica de medicamentos

(alto custo individual e coletivo); produção, distribuição e consumo; laboratórios oficiais; medicamentos fitoterápicos e homeopáticos, e plantas medicinais:

14.7.1.1 Considerar sistemas de informações já existentes nas associações de classe e ou federações, acelerando processo e resultado.

14.7.2 Estudos de prospecção de tecnologias em fármacos, segundo as necessidades do SUS.

14.7.3 Avaliação de programas relacionados à produção de fitoterápicos e homeopáticos para o serviço público.

14.7.4 Análise da repercussão econômica e social de produtos farmacêuticos sob regime de patente.

14.7.5 Avaliação econômica da incorporação de medicamentos de alto custo no SUS.

15 EPIDEMIOLOGIA

15.1 DESENVOLVIMENTO CONCEITUAL E METODOLÓGICO DA EPIDEMIOLOGIA

15.1.1 Estudos sobre modelos de determinação do processo saúde-doença que incorporem novas técnicas de análise e interpretação.

15.1.2 Novos modelos e abordagens da vigilância de eventos adversos à saúde e doenças emergentes: desenvolvimento de novas tecnologias para a vigilância epidemiológica de problemas de saúde, tais como: vigilância sindrômica, farmacovigilância, formas específicas de monitoramento, estudos de cenários, dentre outros.

15.1.3 Utilização das bases de dados secundários na análise e monitoramento da situação de saúde: elaboração ou seleção de indicadores, técnicas de análise e processos de monitoramento para a análise de situação de saúde e avaliação de sensibilidade, especificidade, valor preditivo e razão de verossimilhança dos processos selecionados.

15.1.4 Validação, consistência e integração de bases de dados secundários: validação e análise da consistência dos dados em cada uma e entre as diferentes bases, desenvolvimento de formas de integração dessas bases com as pesquisas nacionais realizadas periodicamente, tais como as Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílio.

15.1.5 Avaliação das estratégias de produção de dados primários sobre situação de saúde: inquéritos e estudos de coorte.

15.1.6 Estudos para desenvolvimento de novos instrumentos de aferição, técnicas de análise de dados, conceitos e teorias, envolvendo a interface metodológica

da epidemiologia com a biologia molecular, ciências sociais, estatística, matemática e ciências da computação.

15.2 ESTUDOS SOBRE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

15.2.1 Estudos de morbidade e mortalidade, não restritas a determinadas doenças.

15.2.2 Estudos sobre a ocorrência, condicionantes e respostas sociais necessárias ao enfrentamento das incapacidades, sobrevida e funcionalidade.

15.2.3 Desenvolvimento e validação de instrumentos e métodos para mensuração, autopercepção e representações sociais sobre saúde em diferentes grupos populacionais.

15.2.4 Avaliação dos indicadores compostos, tais como carga da doença, índices de vulnerabilidade, de desenvolvimento humano municipal, de exclusão social, de condições de vida, dentre outros e desenvolvimento de novos indicadores.

15.2.5 Estudos sobre saúde global e aspectos de regulação internacional decorrente de deslocamentos internacionais.

15.2.6 Doenças novas com potencial pandêmico e situações semelhantes que exigem regulação internacional.

15.2.7 Estudos sobre migrações decorrentes de desemprego e da reestruturação do trabalho.

15.2.8 Pesquisas de novas metodologias e técnicas para a prospecção do comportamento epidemiológico de problemas de saúde já existentes e das probabilidades de surgimento de novos problemas.

15.3 AVALIAÇÃO DO IMPACTO EPIDEMIOLÓGICO, SANITÁRIO E AMBIENTAL DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE

15.3.1 Estudos dos impactos no perfil epidemiológico das populações, decorrente de intervenções (promoção da saúde, prevenção e controle de doenças, diagnóstico precoce, tratamento e reabilitação, redução de danos, saneamento básico, bolsa alimentação, campanhas de imunização e outras).

15.3.2 Estudos de eficácia, efetividade e eficiência de tecnologias em saúde levando em conta os impactos dessas tecnologias sobre o perfil de saúde e doença.

15.3.3 Avaliação de riscos associados ao uso de tecnologias em saúde, incluindo os exames da alta complexidade realizados no SUS.

15.3.4 Avaliação do instrumento de pactuação dos indicadores e acompanhamento

das ações de vigilância epidemiológica, ambiental e sanitária (PPI-Vigilância à Saúde).

15.3.5 Estudo sobre o impacto de políticas sociais e econômicas no perfil epidemiológico da população brasileira.

15.4 DESIGUALDADES EM SAÚDE

15.4.1 Estudos para mensuração das desigualdades sociais, econômicas, de etnia, e gênero.

15.4.2 Desenvolvimento teórico-conceitual sobre os processos de determinação e elaboração de indicadores para mensuração de desigualdades sociais.

15.4.3 Estudos longitudinais sobre trajetórias de vida e desigualdade em saúde (posição de classe da geração parental, mobilidade social intergeracional e situação atual).

15.4.4 Avaliação dos efeitos das políticas sociais sobre as desigualdades em saúde.

16 DEMOGRAFIA E SAÚDE

16.1 MAGNITUDE E COMPREENSÃO DA DINÂMICA POPULACIONAL EM SUAS RELAÇÕES COM A SAÚDE

16.1.1 Pesquisa sobre os efeitos na saúde decorrentes do desequilíbrio entre população e meio ambiente.

16.1.2 Inquéritos periódicos de demografia e saúde.

16.1.3 Estudo sobre os padrões migratórios e seu impacto na saúde.

16.1.4 Estudos longitudinais de morbidade e incapacidade.

16.1.5 Estudos de padrões de mortalidade e fecundidade.

16.1.6 Inquéritos sobre a prevalência das perdas fetais e condicionantes.

16.1.7 Estudos sobre demografia do envelhecimento.

16.1.8 Avaliação de indicadores de mortalidade e morbidade.

16.1.9 Estudos de modelos demográficos para estimar probabilidades de transição, utilizando modelos de riscos competitivos e de multiestado, levando em conta vulnerabilidade e eqüidade.

16.1.10 Estudos de cenários demográficos prospectivos que apontem tendências no comportamento de segmentos populacionais, com repercussões para o planejamento em saúde.

16.2 ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E SERVIÇOS

16.2.1 Desenvolvimento de sistemas de indicadores sociodemográficos de bases municipal e regional:

16.2.1.1 Estimativas da população por idade, sexo e etnia;

16.2.1.2 Avaliação da cobertura e qualidade das bases de dados;

16.2.1.3 Desenvolvimento de metodologias para estimativa de parâmetros demográficos de pequenas áreas.

16.2.2 Estudo sobre a demografia da família e sua relação com a estratégia de atenção à saúde da família.

16.2.3 Estudos para melhoria da qualidade dos sistemas de informações demográficos.

16.2.4 Impacto da esterilização de homens e mulheres no crescimento populacional.

17 SAÚDE BUCAL

17.1 MODELOS DE ATENÇÃO E SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL E IMPACTO NOS ÍNDICES EPIDEMIOLÓGICOS.

17.2 DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA PROMOÇÃO DE SAÚDE BUCAL, INCLUINDO AÇÕES INTERDISCIPLINARES, COM BASE NAS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL.

17.3 ESTUDOS RELATIVOS A FATORES DE RISCO E ATENÇÃO EM SAÚDE BUCAL EM GRUPOS VULNERÁVEIS E ESPECÍFICOS.

17.4 ESTUDOS SOBRE A PREVENÇÃO DAS DOENÇAS BUCAIS: UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS, PRODUTOS E MATERIAIS ALTERNATIVOS PARA PREVENÇÃO, IMPACTO DAS AÇÕES DE PROGRAMAS DE HIGIENE BUCAL E DA FLUORETAÇÃO DAS ÁGUAS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO.

17.5 FATORES DE RISCO PARA OCORRÊNCIA DE FISSURA LÁBIOPALATAL E DE DOENÇAS BUCAIS EM GRUPOS VULNERÁVEIS.

17.6 ESTUDO DO IMPACTO DE HÁBITOS ALIMENTARES CARIOGÊNICOS, HIGIÊNICOS E COMPORTAMENTAIS DE NATUREZA CULTURAL E SOCIOECONÔMICA DA POPULAÇÃO.

17.7 ESTUDO SOBRE CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE PERDA DENTAL, EDENTULISMO, CÂNCER BUCAL E DEMAIS PATOLOGIAS BUCAIS.

17.8 PESQUISA SOBRE OS INDICADORES DE SAÚDE BUCAL.

17.9 ESTUDOS SOBRE OS RISCOS OCUPACIONAIS EM PROFISSIONAIS DA ÁREA ODONTOLÓGICA, COM ÊNFASE NAS HEPATITES B E C, AIDS E EXPOSIÇÃO AO MERCÚRIO.

17.10 DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE TÉCNICAS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, DE QUALIDADE E BAIXO CUSTO, E DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PORTÁTEIS PARA ATENDIMENTO EM TODOS OS NÍVEIS DE ATENÇÃO E EM REGIÕES DE DIFÍCIL ACESSO.

17.11 ESTUDO SOBRE ETIOLOGIA, EPIDEMIOLOGIA E IMPACTO DA CÁRIE E DA DOENÇA PERIODONTAL NA SAÚDE INDIVIDUAL E NA POPULAÇÃO.*

17.12 ESTUDO SOBRE A REDUÇÃO DE DANOS À SAÚDE BUCAL.*

17.13 ESTUDO DOS EFEITOS DA INTERVENÇÃO TERAPÊUTICA MULTIDISCIPLINAR EM RESPIRADOR BUCAL.*

17.14 ESTUDO DE TRATAMENTOS ALTERNATIVOS DAS DOENÇAS BUCAIS DE GRANDE DEMANDA POPULACIONAL.*

17.15 ESTUDO PARA AVALIAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL.*

17.16 ESTUDO SOBRE INOVAÇÃO DE PRÓTESES BUCAIS.*

17.17 DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE DADOS EPIDEMIOLÓGICOS EM SAÚDE BUCAL COM LIVRE ACESSO À POPULAÇÃO.*

18 PROMOÇÃO DA SAÚDE

18.1 MAGNITUDE, DINÂMICA E COMPREENSÃO DOS AGRAVOS E EVENTOS

18.1.1 Conceito de saúde, qualidade de vida, políticas e práticas de promoção da saúde e fatores de proteção e de risco.

18.1.2 Determinantes biopsicossociais e culturais dos problemas de saúde e da distribuição dos riscos, redes sociais, suporte social, desigualdade regional, discriminação.

18.1.3 Validação e síntese de conhecimentos e tecnologias de promoção da saúde produzidos no País e no exterior.

18.1.4 Exposição diferenciada a situações de risco (ruído, sedentarismo, desemprego, drogadição, obesidade, poluição, dentre outros), segundo condições e modos de vida de grupos populacionais específicos.

18.1.5 Influências do processo de reprodução social como fator de risco para saúde.

18.1.6 Exclusão social, ambiental e vulnerabilidade.

18.1.7 Percepção de risco dos usuários quanto aos efeitos colaterais e contra-indicações de medicamentos.

18.1.8 Escolaridade e riscos sanitários da população brasileira.

18.1.9 Estudos socioantropológicos do processo saúde-doença e atenção à saúde.

18.2 ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E SERVIÇOS

18.2.1 Efeitos adversos das práticas de prevenção e controle de riscos desenvolvidos pelo sistema de saúde (iatrogenias).

18.2.2 Novas formas de gestão do estado e políticas públicas, intersetorialidade e a redefinição do papel do estado e sociedade na promoção da saúde e da qualidade de vida.

18.2.3 Políticas públicas, melhoria da qualidade de vida e promoção da saúde.

18.2.4 Políticas de regulação da produção, promoção e consumo de alimentos, medicamentos, hemoderivados e outros produtos e tecnologias com efeitos na saúde.

18.2.5 Avaliação de práticas de promoção da saúde e prevenção de riscos em programas de saúde.

18.2.6 Avaliação do papel do agente comunitário de saúde no desenvolvimento da autonomia dos sujeitos coletivos.

18.2.7 Estudos sobre a inter-relação das políticas de promoção de saúde com outras políticas que estão sendo colocadas no âmbito nacional e internacional para melhoria da qualidade de vida.

18.3 AVALIAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS

18.3.1 Avaliação de desenvolvimento de tecnologias usadas nas práticas de educação e saúde.

18.3.2 Desenvolvimento de estratégias de promoção da saúde e prevenção de agravos responsáveis pelas maiores taxas de morbimortalidade.

18.4 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE/ SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

18.4.1 Avaliação de informações divulgadas para a população em atividades de promoção da saúde.

18.4.2 Desenvolvimento de metodologias e instrumentos de comunicação social para difusão de informações, conhecimentos e práticas de promoção da saúde em todos os meios de comunicação.*

19 DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

19.1 NOVOS CONHECIMENTOS

19.1.1 Identificação de novos alvos para desenvolvimento de procedimentos diagnósticos em doenças transmissíveis:

19.1.1.1 Desenvolvimento de métodos de bioinformática para identificação de sítios-alvo de drogas, vacinas e testes diagnósticos (arbovirose e robovirose).

19.1.2 Identificação de novos alvos para tratamento em doenças transmissíveis:

19.1.2.1 Identificação de alvos para diagnóstico e tratamento utilizando genômica**,** proteômica e bioinformática;

19.1.2.2 Marcadores microbiológicos e imunológicos de cura ou recidiva: avaliação precoce da resposta terapêutica de novos esquemas terapêuticos antituberculose;

19.1.2.3 Estudo da fisiopatogenia da neurite hansênica crônica e avaliação de novas drogas.

19.1.3 Identificação de alvos para vacinas.

19.1.4 Desenvolvimento pré-clínico e clínico de novas drogas incluindo fitoterápicos:

19.1.4.1 Estudos relativos à utilização de produtos fitoterápicos e derivados da nossa biodiversidade com atividade antibiótica e/ou imunoestimuladoras em HIV e aids;

19.1.4.2 Descoberta e desenvolvimento de novas drogas, incluindo aquelas para uso na gravidez e considerando a resistência medicamentosa em malária;

19.1.4.3 Estudo farmacológico dos recursos naturais visando a novas alternativas de tratamento para a leishmaniose**,** toxoplasmose e outras enfermidades;

19.1.4.4 Realização de testes de suscetibilidade *in vitro* a drogas antifúngicas para leveduras patogênicas;

19.1.4.5 Estudos de novos fármacos e farmacovigilância dos medicamentos existentes, novas drogas e do Prazinquantel para esquistossomose;*

19.1.4.6 Desenvolvimento de novas drogas para tratamento das formas cutâneas, mucosas e difusas da leishmaniose tegumentar americana, incluindo aquelas de uso oral. *

19.1.5 Elucidação de mecanismos de resistência às drogas, inseticidas e competência vetorial:

19.1.5.1 Resistência microbiana nas doenças sexualmente transmissíveis;

19.1.5.2 Resistência e efeitos colaterais aos medicamentos anti-retrovirais;

19.1.5.3 Cinética viral, resistência medicamentosa, interações vírus-hospedeiro, novos vírus, modelos experimentais para hepatites virais;

19.1.5.4 Avaliação da resistência vetorial aos produtos químicos e biológicos utilizados para o controle de arboviroses e outras doenças de transmissão vetorial;

19.1.5.5 Estudos de competência e capacidade vetorial: genética, interação vírus-vetor, parasito-vetor**,** bioecologia e circulação de vírus;

19.1.5.6 Estudo sobre "guerra biológica" ao mosquito transmissor do vírus da dengue.

19.1.6 Estudos de riscos ambiental (incluindo análise espacial), biológico e comportamental em doenças transmissíveis:

19.1.6.1 História natural das doenças sexualmente transmissíveis relacionadas ao câncer;

19.1.6.2 Estudos etnográficos e sociais em DST com ênfase em HIV/aids;

19.1.6.3 Estudos sobre os ecossistemas ligados a doenças virais e parasitárias;

19.1.6.4 Representação social e práticas sexuais dos diferentes grupos sociais em relação a aids;*

19.1.6.5 Representação social, preconceito, estigma, exclusão social, cidadania e direitos das pessoas com hanseníase.*

19.1.7 Pesquisas para a redução de infecção hospitalar: patógenos multirresistentes emergentes e controle do uso de antimicrobianos**:**

19.1.7.1 Prevalência dos principais fungos de importância médica como agentes etiológicos em infecções hospitalares;

19.1.7.2 Pesquisa de técnicas moleculares para rastrear surtos intra-hospitalares;

19.1.7.3 Pesquisa sobre eficácia, efetividade e eficiência das diferentes ações para o controle de infecções hospitalares.

19.1.8 Estudos de morbimortalidade de doenças transmissíveis:

19.1.8.1 Manifestações não usuais da dengue nos seus diferentes aspectos: freqüência, gravidade, fatores de risco;

19.1.8.2 Incidência e prevalência de DST, com ênfase em HIV/aids, nos diferentes grupos etários e populações vulneráveis;

19.1.8.3 Pesquisa em HPV: prevenção, diagnóstico, tratamento, incidência, prevalência e educação em saúde;

19.1.8.4 Pesquisa em hanseníase: prevenção, diagnóstico, tratamento, incidência, prevalência e educação em saúde e aspectos psicossociais da doença;

19.1.8.5 Incidência, prevalência, mortalidade e sobrevida em HIV/aids segundo grupos etários e em populações vulneráveis;

19.1.8.6 Prevalência das hepatites virais e suas complicações;

19.1.8.7 Fatores prognósticos de gravidade em hantavirose;

19.1.8.8 Novas estratégias de monitoramento rápido para análises integradas de dados clínico-epidemiológicos, entomológicos, virológicos e ambientais: observatórios de alerta de dengue e febre amarela;

19.1.8.9 Distribuição e prevalência da tuberculose: fatores sociodemográficos e população genotípica do patógeno;

19.1.8.10 Estudos sobre a prevalência das diversas formas clínicas da esquistossomose, inclusive neuroesquistossomose, nas áreas de baixa prevalência;

19.1.8.11 Pesquisa sobre a imunopatogenia e epidemiologia das seqüelas de tuberculose;*

19.1.8.12 Incidência, prevalência e morbimortalidade da miocardite viral;*

19.1.8.13 Estudos de morbimortalidade das populações de fronteiras com vista a prevenir doenças endêmicas e epidêmicas;*

19.1.8.14 Impacto da reação hansênica pós-alta na morbimortalidade dos casos de alta por cura;*

19.1.8.15 Magnitude das recidivas da hanseníase pós-poliquimioterapia específica;*

19.1.8.16 Fatores e riscos da reação hansênica e da incapacidade física;*

19.1.8.17 Estudos epidemiológicos, dos fatores associados ao risco de desenvolvimento da hanseníase e a disseminação espaço-temporal da endemia.*

19.1.9 Estudos Clínicos:

19.1.9.1 Diferenciação de infecções primárias e secundárias em dengue;

19.1.9.2 Fatores que influenciam na resposta terapêutica à hepatite, qualidade de vida e tratamento em populações especiais;

19.1.9.3 Síndromes febris ictérico-hemorrágicas causadas por arbovírus;

19.1.9.4 Desenvolvimento de modelo animal para dengue hemorrágico/ Síndrome do Choque do Dengue: avanço nos estudos da fisiopatogenia, tratamento, prevenção, testagem de imunobiológicos;

19.1.9.5 Fatores do parasito e do hospedeiro associados ao desenvolvimento de formas graves, especialmente os relacionados ao desenvolvimento de formas pulmonares hemorrágicas e do sistema nervoso central em lepstospirose;

19.1.9.6 Mecanismos de imunidade e imunopatogênese da infecção da leishmaniose tegumentar americana e co-infecções;*

19.1.9.7 Estudos da co-infecção e da imunologia da hanseníase;*

19.1.9.8 Reação hansênica: identificação de marcadores para diagnóstico diferencial entre reação hansênica pós-alta e recidiva na rede básica de saúde.*

19.1.10 Estudos referentes à cadeia de transmissão de doenças:

19.1.10.1 Pesquisas e estudos sobre a transmissão, prevenção e tratamento do HTLV (I e II);

19.1.10.2 Transmissão das hepatites virais na Região Amazônica e situações específicas;

19.1.10.3 Fatores de risco para transmissão peridomiciliar da lepstospirose;

19.1.10.4 Papel de diferentes hospedeiros na transmissão da leptospirose urbana;

19.1.10.5 Desenvolvimento de modelos para avaliar a capacidade de transmissão dos portadores em hanseníase;

19.1.10.6 Modelos experimentais de transmissão de viroses tais como arboviroses e roboviroses;

19.1.10.7 Papel dos reservatórios domésticos em leishmanioses e outras endemias;

19.1.10.8 Estudos da urbanização da esquistossomose;*

19.1.10.9 Estudo da distribuição espacial da leishmaniose tegumentar americana e fatores de risco, em áreas rurais e no peridomicílio.*

19.1.11 Epidemiologia Molecular:

19.1.11.1 Análise genômica e proteômica de alvos terapêuticos, diagnósticos e de vacina;

19.1.11.2 Seqüenciamento do genoma do *Culex* e *Aedes aegypti* e manipulação genética para controle do vetor;

19.1.11.3 Estudos moleculares visando à caracterização etiológica de parasitas, fungos, vírus e bactérias;

19.1.11.4 Genética dos parasitas e vetores, avaliação da capacidade vetorial em áreas de baixa transmissão e controle de vetores não domiciliares em doença de Chagas.

19.1.12 Inquéritos Sorológicos:

19.1.12.1 Perfis sorológicos para arbovírus (infecções primárias e secundárias) das populações com diferentes coberturas vacinais para febre amarela;

19.1.12.2 Identificação de áreas potenciais para teste de vacinas contra dengue, mediante diagnóstico da situação de imunidade de grupo, incidência de casos e vírus circulantes.

19.2 NOVOS INSTRUMENTOS

19.2.1 Novos métodos de diagnóstico para as doenças transmissíveis em especial os testes rápidos para diagnóstico precoce:

19.2.1.1 Desenvolvimento de testes, métodos e critérios diagnósticos para esquistossomose com pequena carga parasitária e para neuroesquistossomose;

19.2.1.2 Antígenos recombinantes diagnóstico de leptospirose na fase inicial da infecção;

19.2.1.3 Novas estratégias de controle, diagnóstico precoce e novas técnicas diagnósticas em tuberculose para grupos especiais;

19.2.1.4 Testes rápidos para dengue;

19.2.1.5 Expressão de proteínas virais recombinantes em sistemas heterólogos como leveduras, baculovírus e possivelmente células vegetais, dentre outros, para utilização nos *kits* de diagnóstico para dengue;

19.2.1.6 Desenvolvimento e validação de novos testes de hepatites virais para *screening* de doadores de sangue;

19.2.1.7 Marcadores imunológicos em HIV/aids, incluindo análise de população de linfócitos de TCD4+ de pessoas de diferentes grupos sociais, com ênfase naqueles que vivem em situação de iniqüidade social;*

19.2.1.8 Novas estratégias de diagnóstico precoce e novas técnicas diagnósticas em toxoplasmose, com ênfase em indivíduos imunodeprimidos;*

19.2.1.9 Teste rápido para *Streptococus beta hemolítico;**

19.2.1.11 Validação dos critérios diagnósticos em hanseníase vigentes para a rede básica;*

19.2.1.12 Avaliação do uso de provas auxiliares no diagnóstico da hanseníase, como o teste da histamina;*

19.2.1.13 Estudos para padronização em nível nacional do antígeno de Montenegro para diagnóstico laboratorial da leishmaniose tegumentar americana.*

19.2.2 Métodos de identificação e tipagem de patógenos:

19.2.2.1 Protocolos para diferenciação de sorotipos e genótipos virais;

19.2.2.2 Métodos quantitativos para determinação de carga viral;

19.2.2.3 Variabilidade genética do HIV: genotipagem e sorotipagem;

19.2.2.4 Protocolos para identificação das espécies patogênicas de *leishmania sp.* na Região Amazônica;*

19.2.3 Desenvolvimento de instrumentos de bioinformática para análise de genomas;

19.2.3.1 Bioinformática e genômica aplicadas na identificação de alvos para drogas, vacinas e diagnóstico da malária.

19.2.4 Sistema de informação e modelos de predição de epidemias:

19.2.4.1 Estudos de integração de bancos de dados;

19.2.4.2 Modelos matemáticos de predição de epidemias;

19.2.4.3 Modelos preditivos para construção de cenários futuros.

19.2.5 Desenvolvimento de protocolos clínicos:

19.2.5.1 Métodos de prevenção e tratamento da malária em crianças e gestantes;

19.2.5.2 Esquemas terapêuticos para casos de tuberculose resistente às drogas, tratamento das formas latentes e diminuição dos efeitos colaterais;

19.2.5.3 Métodos de prevenção e tratamento de leishmanioses em imunossuprimidos.

19.2.6 Vigilância epidemiológica:

19.2.6.1 Desenvolvimento de indicadores para avaliar o impacto do controle da malária e outras endemias;

19.2.6.2 Novos métodos para construção de indicadores entomológicos e de risco epidemiológico para dengue e outras endemias;

19.2.6.3 Modelos de busca ativa de casos e sistema de informação em hepatites virais;

19.2.6.4 Desenvolvimento de indicadores para acompanhamento das hepatites nas clínicas de hemodiálise, considerando a transmissão intradialítica;*

19.2.6.5 Desenvolvimento de indicadores epidemiológicos e operacionais de monitoramento da eliminação da hanseníase;*

19.2.6.6 Estudo do uso de testes sorológicos rápidos para vigilância de contatos de hanseníase em áreas de alta endemicidade;*

19.2.6.7. Desenvolvimento de indicadores para vigilância das recidivas, da resistência microbiana e pós-eliminação da hanseníase.*

19.3 AVALIAÇÃO DE INTERVENÇÕES, ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS

19.3.1 Impacto de tecnologias e políticas de prevenção, vigilância e controle:

19.3.1.1 Adesão e impacto da terapia anti-retroviral em aids;

19.3.1.2 Impacto do tratamento e do controle em doença de Chagas, hanseníase e outras enfermidades;

19.3.1.3 Desenvolvimento de estratégias de educação em saúde e avaliação de impacto sobre a prevalência de esquistossomose, hanseníase e outras enfermidades em áreas endêmicas;

19.3.1.4 Estratégias custo/efetivas para a prevenção da hepatite, diagnóstico e tratamento das hepatites;

19.3.1.5 Avaliação do tratamento de curta duração para lepstospirose;

19.3.1.6 Estudos para avaliação das estratégias e do impacto das ações desenvolvidas pelo Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase**,** incluindo monitoramento e avaliação nos serviços básicos de saúde do SUS e antigos hospitais-colônias;

19.3.1.7 Validação dos critérios OMS para definição de caso de dengue hemorrágica/ Síndrome de Choque de Dengue utilizados na vigilância epidemiológica;

19.3.1.8 Estudos de bioequivalência e biodisponibilidade das drogas antituberculose e anti-retrovirais produzidos no Brasil;

19.3.1.9 Estudos de eficiência e impacto das ações que são desenvolvidas pelo Programa Nacional de Controle de Dengue;

19.3.1.10 Avaliação do impacto do manejo ambiental no controle de vetores e reservatórios da Leishmaniose tegumentar e visceral;

19.3.1.11 Estudo sobre as causas de abandono do tratamento de hanseníase, tuberculose, febre reumática e paracoccidioidomicose e desenvolvimento de estratégias para melhorar a adesão ao tratamento destas patologias;

19.3.1.12 Avaliação das estratégias para ampliação de acesso a métodos efetivos de tratamento e prevenção da malária;

19.3.1.13 Avaliação da eficácia e efetividade das ações de controle de infecção hospitalar;

19.3.1.14 Estudos para avaliação do impacto das ações desenvolvidas pelo Sistema de Tratamento Diretamente Observado (DOTS) em tuberculose;*

19.3.1.15 Avaliação de programas estaduais de enfrentamento de doenças transmitidas por vetores de interesse para a saúde pública (dengue, leshmanioses, esquistossomose);*

19.3.1.16 Avaliação de vacinas humanas e caninas contra a leishmaniose visceral;

19.3.1.17 Qualidade, impacto e resolutividade da assistência integral à populações de soropositivos vivendo em situação de iniqüidade social;*

19.3.1.18 Avaliação das ações de diagnóstico, tratamento e monitoramento do paciente com leishmaniose tegumentar americana em áreas rurais;*

19.3.1.19 Avaliação da qualidade das políticas de prevenção, vigilância, assistência e controle da leishmaniose tegumentar americana;*

19.3.1.20 Avaliação da qualidade da base de dados de notificação da leishmaniose tegumentar americana;*

19.3.1.21 Avaliação do acesso aos serviços de saúde das pessoas com hanseníase;*

19.3.1.22 Estudos sobre políticas de reabilitação física e psicossocial do paciente com hanseníase;*

19.3.1.23 Avaliação da implantação das ações de controle da hanseníase;*

19.3.1.24 Avaliação do uso de medicação profilática, além da vacinação BCG, nos comunicantes de hanseníase residentes nas áreas endêmicas;*

19.3.1.25 Indicadores para avaliação do impacto do BCG na redução dos casos novos de hanseníase e de formas multibacilares antes e após a eliminação;*

19.3.1.26 Adesão e abandono do tratamento dos pacientes com hanseníase;*

19.3.1.27 Avaliação e monitoramento do impacto da reação hansênica pós-alta nos atendimentos do SUS; *

19.3.1.28 Estudo sobre a prevenção de incapacidades físicas e sociais das pessoas com hanseníase;*

19.3.2 Custo efetividade, custo benefício e eficácia das intervenções:

19.3.2.1 Avaliação da eficácia, eficiência e efetividade dos programas de controle, diagnóstico e tratamento de aids;

19.3.2.2 Avaliação da carga de morbidade e impacto econômico e psicossocial da dengue, da hanseníase e de outras doenças endêmicas em diferentes grupos populacionais e regiões do País;

19.3.2.3 Eficiência e efetividade do diagnóstico pelo teste de antígeno de Montenegro e da terapêutica da leishmaniose tegumentar americana.

20 COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO EM SAÚDE

20.1 INFORMAÇÃO EM SAÚDE

20.1.1 Avaliação da informação em saúde: qualidade, consistência, fidedignidade, validade, completude, padrões de representação da informação das bases de dados, cobertura, aspectos tecnológicos, fluxos, trocas eletrônicas entre sistemas.

20.1.2 Estudos sobre o uso da informação nos processos decisórios do SUS:

20.1.2.1 Desenvolvimento de indicadores: índice de desenvolvimento em saúde (IDS) – qualificação de dados – ; desenvolvimento de conjunto mínimo de indicadores para gestão de sistemas e serviços da saúde; indicadores de avaliação; indicadores para carga de doença; e indicadores de qualidade de vida;

20.1.2.2 Estudos sobre sensibilização do profissional de saúde quanto à finalidade e importância da informação em saúde;

20.1.2.3 Desenvolvimento de metodologias para definir parâmetros de uso e análise das informações;

20.1.2.4 Desenvolvimento de metodologias para identificação unívoca do usuário;

20.1.2.5 Desenvolvimento de metodologias para integração operacional de sistemas de informação em saúde;

20.1.2.6 Avaliação da implementação de sistemas de informação em saúde, com identificação dos fatores críticos para o sucesso nos serviços de saúde;

20.1.2.7 Desenvolvimento de metodologias para regionalização e hierarquização de sistemas e serviços de saúde;

20.1.2.8 Avaliação do impacto do uso da informação e de tecnologias na gestão em saúde.

20.1.3 Estudos voltados à gestão de informação:

20.1.3.1 Gestão de informação e conhecimento no SUS;

20.1.3.2 Necessidades e demandas de informação;

20.1.3.3 Organização do processo de trabalho com a informação;

20.1.3.4 Identificação de competências na área de informação e informática em saúde.

20.2 ESTUDOS PARA O PREENCHIMENTO DE LACUNAS NA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

20.2.1 Produção de informação para os estudos de custo efetividade das tecnologias de saúde;

20.2.2 Produção de informações voltadas para a intersetorialidade (ambiente, educação, previdências, etc.);

20.2.3 Perfil epidemiológico e de utilização de serviços e custos do setor de Saúde Suplementar;

20.2.4 Integração de informações do setor de Saúde suplementar com as informações dos demais sistemas do SUS;

20.2.5 Diagnóstico da infra-estrutura de tecnologias de informação na área da Saúde no Brasil, dos sistemas de informação e portais existentes.

20.3 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO COM BASE EM COMPONENTES, PADRÕES ABERTOS E ***SOFTWARES*** LIVRES, VOLTADOS PARA:

20.3.1 Apoio à decisão em sistemas e serviços de saúde.

20.3.2 Modelagem de processos de trabalho em saúde.

20.3.3 Estatísticas vitais.

20.3.4 Prontuário eletrônico multiprofissional do paciente em todas as etapas do atendimento.

20.3.5 Indexador, classificador, recuperador automático e genérico de conteúdos em saúde.

20.4 INFORMAÇÃO PARA O CONTROLE SOCIAL

20.4.1 Estudo sobre o acesso e nível de conhecimento das populações sobre os agravos em saúde e a forma que esse conhecimento é disponibilizado pelos órgãos de gestão em saúde.

20.4.2 Estudo sobre métodos para transferência de informação da saúde para a população.

20.4.3 Estudos de impacto da efetividade da comunicação nos conselhos de saúde.

20.4.4 Desenvolvimento de metodologias de informação e comunicação entre os conselhos de saúde, suas representações e a sociedade.

20.5 INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA EM SAÚDE

20.5.1 Desenvolvimento de metodologias para interação do sistema de ciência

e tecnologia em saúde, sistemas de informação científica em saúde e os sistemas de informação em saúde.

20.5.2 Desenvolvimento de indicadores de avaliação, uso e impacto da produção científica em saúde.

20.5.3 Diagnóstico acerca de processos de transferência tecnológica entre os grupos de pesquisa e usuários, incluindo a avaliação dos principais entraves e mecanismos de otimização.

20.5.4 Desenvolvimento de metodologia para apropriação pelos gestores e serviços de saúde, usuários e sociedade das informações de resultados das pesquisas em saúde.

20.5.5 Desenvolvimento de rede de informação sobre ciência, tecnologia e inovação em saúde via internet; desenvolvimento de indicadores sobre uso e impacto das revistas científicas brasileiras em saúde.

20.5.6 Estudos sobre divulgação científica em saúde e seu impacto na construção do conhecimento e das práticas sociais, interface entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento.

20.6 COMUNICAÇÃO, MÍDIAS E SAÚDE

20.6.1 Desenvolvimento e incorporação de tecnologias de comunicação na saúde, tais como telemática.

20.6.2 Desenvolvimento das dimensões tecnológica, estética e política da linguagem da comunicação em saúde.

20.6.3 Desenvolvimento de metodologia de análise do impacto da mídia comercial e seus efeitos sobre a saúde da população.

20.7 COMUNICAÇÃO E SERVIÇOS DE SAÚDE

20.7.1 Estudos sobre a comunicação no cotidiano dos serviços de saúde.

20.7.2 Estudos sobre comunicação e conflito de lógicas: lógica sanitária e lógica da população.

20.7.3 Estudos sobre formas de expressão de demandas da população.

20.7.4 Desenvolvimento de redes sociotécnicas em saúde – subjetividades e sociabilidades.

21 GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE

21.1 ENFOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO

21.1.1 Referenciais teóricos e metodológicos da educação em saúde.

21.1.2 Lógicas e processos da formação de profissionais para todos os níveis de formação e de atuação no Sistema Único de Saúde (SUS).

21.1.3 Racionalidades médicas alternativas e a contribuição na formação de profissionais e na estruturação do processo de trabalho.

21.1.4 Projeto político-pedagógico relacionado à área de Saúde: reformulação, inserção de propostas da Resolução n.º 218 do CNS, humanização do trabalho nos serviços e modelo biopsicossocial de atuação.

21.1.5 Inovações curriculares na formação de profissionais e a adequação de metodologias educacionais às exigências sociais e técnicas do SUS.

21.2 ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E SERVIÇOS

21.2.1 Formas de gestão do trabalho, do conhecimento e de tecnologias, do ponto de vista organizacional e institucional.

21.2.2 Fatores de oferta e de demanda de formação e de postos de trabalho.

21.2.3 Processos de trabalho e formação em saúde, suas especificidades relativas ao conjunto de profissões frente à incorporação de novas tecnologias, saberes, práticas e formas de inserção profissional, considerando a atenção básica, média e de alta complexidade.

21.2.4 Avaliação do uso da política de humanização do trabalho nos serviços de saúde.

21.2.5 Características do vínculo trabalhista: caráter formal, informal e precariedade do trabalho.

21.2.6 Processo de regulação do trabalho e das profissões específicas da saúde; da formação e da educação permanente.

21.2.7 Conformação dos mercados de trabalho de fronteiras e integrados em nível internacional.

21.2.8 Experiências educacionais em saúde – nos serviços e na comunidade – face à estrutura, legislação pertinente e articulação com o setor educacional.

21.2.9 Constituição e desempenho dos novos arranjos institucionais relacionados às iniciativas de educação permanente, com destaque para os Pólos de Educação Permanente.

21.2.10 Abordagem da educação popular em saúde na formação e educação permanente em todos os níveis.

21.2.11 Estudos sobre os processos de gestão do trabalho e educação profissional para as áreas de: Saúde Mental, Saúde do Idoso, Violência, Acidentes e Traumas, Hanseníase.

21.2.12 Migração dos profissionais na rede de serviços de saúde e seus determinantes.

21.2.13 Novas profissões e novas metodologias de trabalho nas equipes do PSF, considerando as diferentes realidades de atuação.

21.2.14 Avaliação o impacto das capacitações das equipes do Programa de Saúde da Família para aumento de cobertura da hanseníase.

21.2.15 Avaliação das capacitações dos profissionais para prevenção, diagnóstico e tratamento da hanseníase.

21.2.16 Análise do impacto da formação de recursos humanos na consolidação do SUS.

21.2.17 Produção e valorização de conhecimento popular.

21.2.18 Estudos para subsidiar a elaboração e implementação de Planos de Carreira para as funções relacionadas à CT&I, nas três esferas do SUS.

21.2.19 Impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal na alocação de recursos humanos na saúde.

21.2.20 Impacto de intervenções de educação continuada e formação profissional na área de assistência farmacêutica.

21.2.21 Avaliação da qualidade da assistência médica, com ênfase na consulta clínica, tempo e infra-estrutura.*

21.3 AVALIAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS

21.3.1 Desenvolvimento de tecnologias para qualificação de profissionais da saúde para atuação em formulação de políticas, organização dos serviços, formação de recursos humanos em saúde.

21.3.2 Desenvolvimento de metodologia de capacitação de profissionais da saúde, com ênfase na dimensão ética e valores morais relacionados à superação dos efeitos perversos dos determinantes sociais na saúde.

21.3.3 Desenvolvimento e avaliação de conteúdos, métodos e estratégias educacionais para formação e capacitação de recursos humanos para atuar em diferentes áreas da saúde.

21.3.4 Desenvolvimento de metodologias e o impacto da educação permanente em saúde.

21.3.5 Educação a distância incluindo aspectos como: modelos de tecnologias, telemedicina e utilização na educação permanente em locais de difícil acesso geográfico.

21.3.6 Desenvolvimento de metodologias e parâmetros para mensurar necessidades de profissionais e especialistas, em todos os níveis de formação, para o sistema de saúde.

21.3.7 Avaliação das estratégias de mobilização comunitária para atuar no programa de eliminação da hanseníase.

21.3.8 Estudos sobre a articulação de organizações não-governamentais e da

sociedade civil na formulação, implementação e avaliação de políticas em hanseníase.

22 SISTEMAS E POLÍTICAS DE SAÚDE

22.1 ENFOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO

22.1.1 Memória e história da Saúde.

22.1.2 Federalismo brasileiro.

22.1.3 Globalização, integração regional, acordos multilaterais.

22.1.4 Reforma do Estado.

22.1.5 Relações entre o sistema de saúde e a seguridade social.

22.1.6 Estrutura de financiamento das políticas sociais.

22.1.7 Filosofia e saúde.

22.2 DINÂMICA E COMPREENSÃO DOS SISTEMAS E POLÍTICAS DE SAÚDE

22.2.1 Estudos sobre organização básica do sistema, integralidade, descentralização, regionalização, intersetorialidade, cobertura, acesso e continuidade, qualidade e efetividade.

22.2.2 Estudos sobre modalidades de gestão, práticas gerenciais e relações público-privado; regulação; normalização, regulamentação e modelos de avaliação dos sistemas e ações de saúde.

22.2.3 Estudos sobre a incorporação do planejamento nas políticas de saúde e de tecnologias de gestão em saúde.

22.3 ESTUDOS SOBRE CONTROLE SOCIAL EM SAÚDE

22.3.1 Conselhos de saúde e conselhos de gestores: estrutura, representatividade, legitimidade, permeabilidade, paridade, impacto na prática e na gestão e dinâmica de funcionamento do SUS.

22.3.2 Conferências de saúde: caráter, impactos na efetivação da política do SUS, compromissos, representação paritária dos segmentos e envolvimento dos participantes.

22.3.3 Comunicação e mídia: dimensão e papel no controle social da saúde.

22.3.4 Poderes legislativo e judiciário na construção do SUS, em âmbito federal, estadual e municipal.

22.3.5 Inovação nos mecanismos participativos.

22.3.6 Satisfação do usuário e trabalhadores em relação às políticas, programas e serviços de saúde.

22.4 ESTUDOS SOBRE ATENÇÃO À SAÚDE

22.4.1 Estudos sobre modelos de atenção à saúde adequados às populações em condições diferenciadas, destacando-se os aspectos geográficos, comportamentais, de gênero e transgêneros.

22.4.2 Estudos de avaliação sobre: qualidade e humanização no atendimento, resolutividade dos níveis hierárquicos do SUS, acesso aos serviços de saúde e às ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação.

22.4.3 Estudos sobre o Programa Saúde da Família: avaliação de impactos, avaliação sobre tecnologias de cuidado, orientação alimentar, inserção de novos profissionais na equipe.

22.4.4 Estudos sobre medicina natural e práticas complementares de saúde no SUS, tais como: homeopatia, acupuntura, medicina tradicional chinesa, medicina antroposófica, fitoterapia e práticas corporais.

22.4.5 Estudos sobre a influência no acesso, cuidado e tratamento prestado pelo SUS, da identidade de gênero dos usuários e possíveis impactos na morbimortalidade e qualidade de vida.

22.4.6 Identificação de parâmetros de avaliação do sistema de saúde na perspectiva dos usuários.*

22.5 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE*

22.5.1 Políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico: marco regulatório.*

22.5.2 Lei de Propriedade Intelectual, acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual, relacionados com o comércio – TRIPS, Lei de Licitação.*

22.5.3 Impacto social da ciência, tecnologia e inovação.*

22.5.4 Impacto social do financiamento da pesquisa em saúde no Brasil.*

22.5.5 Apropriação do processo de produção, uso e disseminação do conhecimento.

22.5.6 Participação social e percepção pública da ciência e tecnologia.*

22.5.7 Avaliação do financiamento público e privado, e do fomento à pesquisa em saúde no Brasil.*

22.5.8 Avaliação do uso de pesquisas em políticas e programas de saúde pública – modelos e indicadores.*

22.5.9 Indicadores de monitoramento e avaliação do fluxo de recursos financeiros de P&D em saúde.*

23 SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO E BIOSSEGURANÇA

23.1 IMPACTO DAS TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS SOBRE A SAÚDE

23.1.1 Monitoramento e avaliação dos grandes projetos de desenvolvimento para a Amazônia, semi-árido, cerrado e Pantanal, prevenção de danos à saúde e ao ambiente.

23.1.2 Substituição de processos produtivos rurais e urbanos, por modelos de produção mais limpos e menos perigosos, controle de pragas na agricultura.

23.1.3 Efeitos das desigualdades de poder no enfrentamento dos problemas ambientais: confronto entre Estado, empresas e trabalhadores.

23.1.4 Estudos sobre riscos transnacionais e exposição populacional.

23.1.5 Relação entre os fatores ambientais de risco: desmatamento, mineração, garimpagem, amianto, regiões de monoculturas, áreas sem saneamento básico, regiões com presença de animais silvestres, dentre outros e a ocorrência de endemias e epidemias.

23.1.6 Mudanças ambientais globais como desertificação, perda da biodiversidade, mudanças climáticas, desmatamento e impactos na saúde.

23.1.7 Inquérito nacional referente aos efeitos sobre a saúde e o meio ambiente causados pelo desequilíbrio de elementos e compostos químicos na natureza.

23.1.8 Monitoramento e avaliação contínua dos impactos socioeconômico, de saúde e ambiental dos grandes empreendimentos, em especial da exploração do petróleo e gás natural.

23.2 IMPACTO DA REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO SOBRE A SAÚDE

23.2.1 Estudos sobre a percepção social do risco.

23.2.2 Riscos do trabalho na área de Saúde, oriundos do próprio setor Saúde: riscos químicos, físicos, biológicos, psicossociais, biossegurança, ergonomia, iatrogenias, dentre outros.

23.2.3 Avaliação de programas de prevenção e de monitoramento da saúde do trabalhador na construção civil, garimpo, assentamentos rurais, trabalho informal, infanto-juvenil, em condições de risco elevado, violência e outros.

23.2.4 Estudos sobre agravos, incluindo-se os acidentes e doenças decorrentes da sobrecarga de trabalho, exposição a fatores de risco, transtornos

neurocomportamentais, endócrinos, imunológicos, mentais, câncer, distúrbios decorrentes de fatores imateriais da organização da produção, dor crônica, doenças respiratórias (asma), malformação congênita, doenças decorrentes da exposição ao amianto e ao alumínio.

23.2.5 Efeitos da precarização do trabalho na saúde do trabalhador e das modalidades de produção arcaica resultantes dos processos de transferência de tecnologia.

23.2.6 Avaliação da qualidade de vida no trabalho formal e informal.

23.2.7 Exclusão social e ambientes vulneráveis.

23.2.8 Desenvolvimento e avaliação de programas de reabilitação profissional para vítimas de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais.*

23.2.9 Investigação das condições de trabalho para categorias profissionais específicas: profissionais da saúde, educação e informática.*

23.2.10 Avaliação das condições de trabalho nos setores metalúrgico, telemática, judiciário e nas empresas de segurança.*

23.2.11 Avaliação do efeito da exposição ocupacional e ambiental a agrotóxicos sobre a saúde humana, com destaque para a saúde do trabalhador rural.*

23.3 AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REGULATÓRIAS DO ESTADO E IMPLICAÇÕES DO CONTROLE SOCIAL NOS TRÊS NÍVEIS DE GOVERNO

23.3.1 Modelagem de problemas socioambientais e ecosociossanitários complexos que impactam a saúde.

23.3.2 Estudos de variáveis socioambientais que utilizem o território – bacias hidrográficas – e ecossistemas como unidade de análise.

23.3.3 Avaliação das intervenções e da gestão em vigilância sanitária.

23.3.4 Avaliação da política de saneamento básico em todas as suas dimensões.

23.4 DESENVOLVIMENTO DE MODELOS, METODOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE, AMBIENTE E TRABALHO

23.4.1 Desenvolvimento de modelos de incorporação da assistência à saúde do trabalhador no SUS, com ênfase no Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (CERST).

23.4.2 Desenvolvimento de estratégias de difusão de informação, comunicação e notificação de riscos e acidentes ambientais e do trabalho.

23.4.3 Desenvolvimento de marcadores/indicadores, que levem em consideração o princípio da precaução, relacionados à vigilância sanitária, ambiental e de saúde do trabalhador.

23.4.4 Desenvolvimento de protocolos clínico-assistenciais para investigação em saúde ambiental e do trabalhador.

23.4.5 Desenvolvimento de modalidades de aplicação de medidas de precaução, tais como novos equipamentos de proteção para os trabalhadores rurais.

23.4.6 Desenvolvimento de metodologias para avaliação de impacto na saúde (populacional e do trabalhador) do processo de licenciamento ambiental.

23.4.7 Estudos para melhoria da qualidade de mensuração da variável ocupação que abranja o mercado formal e informal.

23.4.8 Desenvolvimento de metodologias de avaliação e gerenciamento de riscos dos processos produtivos, de consumo antrópicos e geogênicos.

23.5 DESENVOLVIMENTO DE MODELOS, METODOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM BIOSSEGURANÇA

23.5.1 Desenvolvimento de procedimentos de biossegurança com ensaios pré-clínicos e clínicos, envolvendo os organismos geneticamente modificados (OGMs) e seus derivados.

23.5.2 Desenvolvimento de procedimentos laboratoriais, envolvendo o diagnóstico de organismos geneticamente modificados e seus derivados, para permitir efetiva rotulagem e a implantação de um programa de controle pós-comercialização dos produtos alimentícios e medicamentos.

23.5.3 Desenvolvimento de sistemas integrados de segurança biológica envolvendo os microrganismos emergentes, os reemergentes e os de introdução intencional, incluindo os processos de trabalho em hospitais, laboratórios e biotérios.

23.5.4 Produção de metodologias de diagnósticos laboratoriais de campo e para diagnóstico rápido/ varredura em biossegurança.

23.5.5 Métodos de diagnóstico e avaliação da situação de saúde relacionados a produtos, serviços e tecnologias: risco, eficácia, segurança e qualidade.

23.5.6 Desenvolvimento de metodologias para associação entre exposição, risco e agravos, que levem em consideração o conjunto de evidências clínicas, epidemiológicas, laboratoriais, estudos experimentais animais e a percepção social do agravo.

23.6 DESENVOLVIMENTO DE MODELOS, METODOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL

23.6.1 Revisão do modelo atual de controle de endemias e análise de impacto do manejo ambiental integrado, vigilância ambiental, ações de saneamento básico e promoção da saúde.

23.6.2 Desenvolvimento de modelos de gestão em ambiente, saneamento e recursos hídricos com utilização de tecnologias de baixo custo, conscientização da população, e avaliação dos impactos sobre a saúde.

23.6.3 Produção de tecnologias para a intervenção e remediação em áreas contaminadas (passivo ambiental).

23.6.4 Desenvolvimento de matrizes de exposição para áreas agrícolas, industriais e de passivo ambiental com impactos na saúde.

23.6.5 Desenvolvimento de sistemas sentinelas para prevenção de danos à saúde e ao ambiente.

23.6.6 Desenvolvimento de metodologias para diagnóstico e avaliação de impacto ambiental na saúde devido a: agrotóxicos, domissanitários, produtos veterinários e descarte de produtos farmacêuticos, resíduos dos serviços de saúde, substâncias tóxicas persistentes, biotoxinas, transgênicos, poluentes orgânicos e solventes, metais pesados, radioatividade, depósitos de rejeitos industriais e domésticos (lixões), campos eletromagnéticos, poluição sonora, poluição atmosférica, queima de biomassa, cemitérios.

23.6.7 Desenvolvimento de tecnologia de redução e de destinação final de produtos causadores de danos à saúde humana e ao meio ambiente, oriundos de serviços de saúde, indústrias e domésticos, tais como: resíduos poluentes, tóxicos, químicos e radioativos.

23.6.8 Desenvolvimento de pesquisas relacionadas a saneamento, com ênfase no abastecimento de água, tais como: avaliação da relação saneamento e saúde, impactos e implicações da legislação no acesso da população à água de qualidade, uso de fontes alternativas de águas como cacimba e água de lastro.

23.6.9 Desenvolvimento de projetos para apropriação de novas tecnologias em engenharia de saúde pública e saneamento ambiental.

23.6.10 Tecnologias alternativas na área sanitária, tais como: coleta seletiva, reciclagem e processos de biorremediação em aterros sanitários.

24 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

24.1 DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE FARMOQUÍMICOS E MEDICAMENTOS

24.1.1 Estudos dos farmoquímicos e medicamentos, considerando todo seu ciclo: da pesquisa à utilização segura de medicamentos, inclusive controle de qualidade e acesso pela população.

24.1.2 Desenvolvimento de farmoquímicos e medicamentos para tratamento de doenças de grande prevalência no País e nas regiões.

24.1.3 Exploração, produção e controle de qualidade de fitoterápicos, de acordo com as potencialidades regionais, para o tratamento das doenças de maior prevalência.

24.1.4 Pesquisas de princípios ativos, desenvolvimento em química fina e produção de insumos para produção pública de medicamentos para o SUS, considerando-se os aspectos legais relativos aos registros das patentes, de forma a garantir a autonomia da produção nacional.

24.1.5 Estudos em farmacoepidemiologia e farmacovigilância.

24.1.6 Atenção farmacêutica para grupos de pacientes especiais, especialmente na rede básica do SUS.

24.1.7 Pesquisa e desenvolvimento de medicamentos homeopáticos e da flora brasileira.

24.2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E SERVIÇOS

24.2.1 Desenvolvimento de instrumentos e indicadores de avaliação de processos de organização e gestão da assistência farmacêutica.

24.2.2 Estudos de avaliação da eficácia e efetividade da atenção farmacêutica.

24.2.3 Avaliação da eficácia, eficiência e efetividade do programa de medicamentos excepcionais.

EQUIPE TÉCNICA

2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
25 a 28 de julho de 2004

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – SECRETÁRIA-EXECUTIVA
Eliane Aparecida da Cruz

COORDENADOR-GERAL
Reinaldo Guimarães

COORDENADORES ADJUNTOS
Ana Lúcia Assad – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia
Jorge Guimarães – Representante do Ministério da Educação

RELATORA-GERAL
Suzanne Jacob Serruya

RELATORA ADJUNTA
Rita Barradas Barata

COMISSÃO ORGANIZADORA
André Luiz de Oliveira
Ciro Mortella
Eni Carajá Filho
Fernando Luiz Eliotério
Flávio Andrade Goulart
Francisca Walda da Silva
Gilda Almeida de Souza
José Rocha de Carvalheiro
Lílian Alicke
Mário Toscano de Brito Filho
Moisés Goldbaum
Neide Regina C. Barriguelli
Noemy Yamaguishi Tomita
Oraida Maria Abreu Gomes dos Santos

Paulo Ernani Gadelha Vieira
Reinaldo Guimarães
Renato Cordeiro
Walter Araújo Zin
William Saad Hossne

COMISSÃO EXECUTIVA
Reinaldo Guimarães – Coordenador-Geral
Ana Lúcia Assad – Coordenadora Adjunta
Jorge Guimarães – Coordenador Adjunto
Antonia Angulo-Tuesta – Secretária-Geral
Nelson Rodrigues dos Santos – Secretário Adjunto

COMISSÃO DE INFRA-ESTRUTURA
Luiz Gonzaga Araújo
Margarete Martins de Oliveira
Sonia Machado de Campos Dietrich
Volmir Raimondi

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO
Hebert Otto Schubart
Luiz Alberto Silva
Maria Cristina Costa de Arrochela Lobo
Walmer José da Trindade Urtiga

COORDENAÇÃO DE RELATORIA
Membros
Carlos Alberto dos Santos
Célia Machado Gervasio Chaves
Fidelarina T. do Carmo
Gerson Oliveira Penna
José Cláudio dos Santos
Márcia Luz da Motta
Margarida Maria Santana da Silva
Regina Célia Borges de Lucena

Relatores de Síntese
Alba Lúcia B. Leite de Barros
Ana Paula Reche Corrêa
Bernadete Moreira de Moura

Carla Valéria Martins Rodrigues
Cristianne Aparecida Costa Haraki
Dirce Guilhem
Erika Camargo
Fátima Cabral
Flávia Helena Ciccone
Flávia Tavares Silva Elias
Guilherme Pinho
Helena Behrens
Helena Luna
Isabel Cristina G. P. dos Santos
Isabel Quint Berretta
Jacqueline Carvalho Gagliardi
Joel Luis Heisler
Jorge Luiz Buerger
Leila Nina Ribeiro Freire
Lilian Rose Peters
Luciana Alves Pereira
Luis Eugenio Souza
Maria Alice Fernandes Branco
Maria Aparecida Gussi
Marília Cristina P. Louvison
Paulo Roberto do Nascimento
Rosanita Baptista
Shirlene Holanda
Sonia Maria Cavacanti
Suely do Nascimento Silva

COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Eliane Aparecida da Cruz
Alessandra Ximenes da Silva
Lúcia Maria Figueiredo
Ada Rodrigues Viana
Adalgiza Balsemão Araújo
Augusto Alves de Amorim
Crescêncio Antunes da Silveira neto
Eni Carajá Filho
Francisco das Chagas Dias Monteiro

Gilca Ribeiro Starling Diniz
José Teófilo Cavalcante
Júlio César das Neves
Luiz Augusto Ângelo Martins
Maria de Lourdes Afonso Ribeiro
Maria do Espírito Santos Tavares dos Santos
Maria Eugênia C. Cury
Moisés Goldbaum
Nildes de Oliveira Andrade
Paulo César Augusto de Souza
Paulo Roberto V. de Carvalho
Pedro Gonçalves Oliveira
Sílvia Marques Dantas Oliveira
Solange Gonçalves Belchior
Volmir Raimondi
Wanderli Machado
William Saad Hossne
Zilda Arns Neumann

ASSESSORIA DE ORGANIZAÇÃO
Marylene Rocha de Souza (Coordenação)
Adinan Sidnei Trovo
Cristiane Vasconcelos Cruz
Eisenhower Bonfim Pereira
Fabrício Rocha Gangana
João Batista Geovanini da Silva
Paulo Ricardo Araújo de Ornellas Mendes

COLABORADORES
SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
Eliane Aparecida da Cruz
Alessandra Ximenes da Silva
Lucia Maria Costa Figueiredo
ASSESSORIA TÉCNICA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
Ana Gabriela Nascimento Sena
Silvia Maria Alves
Verbena Lúcia Melo Gonçalves
Maria Camila Borges Faccenda
Luciano Chagas Barbosa

Gleude Moura Rocha Couto
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
Sandra Cassiano
Jannayna Martins Sales
Charles Lopes Nascimento
José Maria do Amaral Sobreira Filho
Willian de Lima Barreto
Maicon Vinicius de Camargo
Maria Rita Rodrigues da Silva
Rosa Amélia Pereira Dias
Wagner de Almeida Muniz
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA/ SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS/MINISTÉRIO DA SAÚDE
Adriana Vieira de Sousa
Cássia Maria de Souza Barreto
Clarice Abreu Barros
Cristiano Gomes da Costa
Flávia Tavares Silva Elias
Francisco de Assis Correia Serra
João Carlos Saraiva Pinheiro
Juliana Araújo Pinheiro
Márcio Alex de Carvalho Silva
Maria Beatriz Amaro
Ronise Guerra de Sousa
Carlos Wendell Queiroz de Souza - SCTIE
DATASUS
Cláudia Rizzo
Ezequiel Pinto Dias
Gustavo Nascimento Rios
Marcelo Couto Ferreira

Esta obra foi impressa em papel *duo design* 250 g/m² (capa) e papel *couchê* fosco 115 g/m² (miolo) pela NOME DA Gráfica, em abril de 2015. A Editora do Ministério da Saúde foi responsável pela normalização (OS 2015/0228).

ISBN 978-85-334-1249-1

DISQUE SAÚDE

Ouvidoria Geral do SUS.
www.saude.gov.br

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
www.saude.gov.br/bvs

Ministério da
Saúde